



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO  
Divisão Técnica do IPHAN-MT

**PARECER TÉCNICO** nº 67/2021/DIVTEC IPHAN-MT/IPHAN-MT

**ASSUNTO:** Parecer Técnico de Reavaliação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Modo de Fazer a Viola de Cocho, tendo como referência o estado de Mato Grosso.

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo SEI nº 01450.002801/2015-69

**DOCUMENTO DE APOIO À LEITURA DO PARECER:** Relatório Descritivo e Iconográfico (2675901)

**Cuiabá, 14 de maio de 2021**

## Introdução

O presente Parecer Técnico apresenta a Reavaliação do Modo de Fazer Viola de Cocho de Mato Grosso para a Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil. O Modo de Fazer Viola de Cocho foi um dos primeiros bens culturais imateriais a serem reconhecidos pelo Iphan a partir do Decreto 3.551 de agosto de 2000, o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Em 2003 é criado o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), seguido da Resolução nº 1, de 03 de agosto de 2006, que determina os parâmetros a serem seguidos na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Alguns anos depois, em 2013, é publicada a Resolução nº 1, de 18 de julho, que organiza o processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados. Essa, por sua vez, é revista e reestruturada pela Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019. É, portanto a partir deste último Documento que este Parecer Técnico de Reavaliação foi elaborado, constituindo-se no primeiro processo de Revalidação de um Bem Registrado em mais de uma unidade da Federação, a saber: o Modo de Fazer a Viola de Cocho, relativo aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Registro ocorreu em 14 de janeiro de 2005 e consta no Livro dos Saberes<sup>[1]</sup>. A sua candidatura foi apresentada em 2003 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), instituição responsável pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e proponente do Registro, sendo acompanhado de abaixo-assinados com anuência dos detentores do bem cultural nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

De acordo com o IPHAN (2009), o Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso apresenta maior incidência em alguns municípios que fazem parte da região da Baixada Cuiabana, como Diamantino, Nobres, Rosário Oeste, Jangada, Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé. Para além desse recorte, o Dossiê de Registro ressalta a necessidade de ampliação da pesquisa para contemplar outras regiões e detentores onde o bem cultural ocorre. Tal recomendação começou a ser implementada a partir as ações de salvaguarda realizadas pelo Pontão da Viola de Cocho (2009 a 2014), resultado do Convênio celebrado entre o Iphan, Ministério da

Cultura (atualmente extinto) e Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado da Cultura.

Em Mato Grosso, esse bem cultural é uma das manifestações culturais que preserva traços e heranças afro-indígenas. É recorrente nas áreas rurais pantaneiras do estado, porém, também ocorre no meio urbano dos municípios da Baixada Cuiabana, principalmente no contexto das festas de santos, característica que reforça sua conexão com o sistema de crenças religiosas oriundo do catolicismo popular.

A Viola de Cocho é um instrumento confeccionado artesanalmente por mestres das camadas populares a partir de tronco de árvore que é escavado de modo semelhante ao cocho que é utilizado para alimentar o gado. Além da viola de cocho, outros instrumentos figuram o universo festivo-religioso, poético e coreográfico abrangido pelo bem cultural, o mocho e o ganzá.

Nas palavras de Ariano (2017),

É um instrumento que se tornou o principal símbolo do estado de Mato Grosso e figura no centro do conjunto cultural das festas de santos católicos da Baixada Cuiabana, como principal instrumento para a execução dos ritmos que animam esses festejos: o cururu, ritmo binário, participa do andamento sagrado das festas, do qual apenas homens participam; o siriri, ritmo tradicionalmente ternário, dançado por homens, mulheres e crianças; e o rasqueado cuiabano, uma variante surgida da mistura de ambos, que junto com o siriri anima a diversão que se segue após os ritos religiosos (ARIANO, 2017, p. 155).

O cururu, conforme descrito por Luís da Câmara Cascudo é uma manifestação encontrada nos estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso; uma dança de caráter religioso, provavelmente de origem ameríndia e introduzida nas festas cristãs pelos missionários jesuítas, que na catequese se valiam da dança para transmitir conhecimentos. Os instrumentos musicais utilizados são viola de cocho e ganzá, tocados por homens que improvisam toadas em tons de desafio. O siriri, por sua vez, “é uma dança difundida em toda a região mato-grossense, e é dançada aos pares, em roda e fileiras, ao som de reco-reco, viola de cocho e tambor (mocho)” (CASCUDO, 2010, p. 639. Observação nossa entre parêntese).

O caráter catequizador e socializador do cururu também aparece nas falas do detentor Dito Pinto, mestre cururueiro, morador de Poconé (MT) e presidente do Grupo Folclórico Cururu e Siriri e Reza Cantada do Pantanal de Poconé. Para ele, a viola de cocho e o ganzá são elementos centrais na roda de cururu e rezas cantadas cujos versos narram a vida dos santos católicos. O cururu, na sua época de menino, era o principal meio de ensinar os devotos a se manterem fiéis aos ensinamentos da religião católica. Devido à ausência de padres nas regiões mais longínquas, os capelães (religiosos leigos) e os cururueiros se encarregavam pela manutenção da fé, rezando os terços, realizando as rezas de curas e organizando as festas religiosas em homenagem aos santos padroeiros. Ao referir-se a esse contexto religioso rural cujos ritos eram conduzidos por devotos leigos, Maria Isaura Pereira de Queiroz denomina de “catolicismo rústico” em contraposição a um “catolicismo urbano”, que já contava com a presença de padres.

Sobre a festa de santo, evento religioso e festivo que reúne a essência do Modo de Fazer Viola de Cocho, Pereira de Queiroz (1976), ressalta sua importância enquanto instituição que conecta os saberes familiar e secular na manutenção da fé católica dos devotos:

Relações de tipo familiar se estabelecem entre os devotos e os santos, principalmente entre o padroeiro doméstico e a família que o acolheu para patrono. O caboclo não concebe um santo longínquo, impessoal habitando o paraíso e inteiramente invisível. Pelo contrário, o santo é muito humano e sua imagem torna-o inteiramente presente ao desenrolar da existência no grupo familiar e no bairro (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976, p. 85).

Foi por compreender a centralidade da Viola de Cocho na formação da identidade cultural mato-grossense e brasileira, inclusive sendo elemento fundamental para a permanência de outras manifestações culturais (associadas) como as rodas de cururu e a dança de siriri, que a pesquisa do

Registro se concentrou no Modo de Fazer Viola de Cocho. Isso porque “a Viola de Cocho desempenha papel central na sustentação do canto no cururu e no siriri, sendo que cada um desses gêneros possui peculiaridades quanto à música, à poética e à dança” (IPHAN, 2009, p. 45). Ainda de acordo com o Iphan (2004), conforme descrito no Processo administrativo (SEI 01450.013090/2004-03, p. 168) referente ao Pedido de Registro do Modo de Fazer Viola de Cocho, os elementos estruturantes que justificaram o encaminhamento do pedido foram:

- 1) A participação da Viola de Cocho nos gêneros musicais cururu e siriri, integrando um sistema musical, poético e coreográfico sui generis na região Centro-Sul;
- 2) Sua importância como elemento presente e indissociável em várias manifestações e expressões da cultura popular dessa região, tais como o boi a serra, dança de São Gonçalo, folião, ladainha e rasqueado;
- 3) Sua relação com o fazer artesanato de um conjunto de instrumentos que compõem o complexo musical-poético-coreográfico do cururu e siriri – ganzá e mocho; e
- 4) A presença de técnicas exclusivamente artesanais de produção que envolvem conhecimentos musicais relativos à sonoridade e ao formato específico da peça, além de conhecimentos sobre a matéria prima extraída flora e da fauna das regiões do pantanal e do cerrado (IPHAN, 2004, p. 168).

Portanto, escolheu-se para fins de objeto do Registro os processos que envolvem o saber fazer a viola de cocho e todo o complexo musical, coreográfico e poético do cururu e do siriri, cultivado por segmentos das camadas populares como diversão ou devoção a santos católicos.

### **Revalidação do Título: Mobilização e produção de conhecimento**

Oficialmente os trabalhos de Revalidação do título ocorreram em julho de 2020, quando foram realizadas oficinas para subsidiar a elaboração da nota técnica pela área central do Iphan. As atividades foram conduzidas pelo técnico do DPI, Rodrigo Ramassote, com a participação dos técnicos do imaterial das Superintendências do Iphan em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, regiões administrativas onde há incidência do bem cultural. A Nota Técnica nº 09/2020/DPI, produzida com as discussões, com as orientações sobre os itens a serem observados pelos técnicos para a elaboração parecer técnico de revalidação, foi emitida um mês depois, em 27 de agosto. No dia 05 de outubro foi realizada outra oficina virtual com Ramassote e os técnicos das duas Superintendências para alinhamento e discussão do conteúdo da nota técnica.

Na ocasião ficou acertado que, em virtude do atual contexto de pandemia que impossibilitava qualquer contato com os artesãos, principalmente porque a maioria são idosos, e, portanto, mais vulneráveis de serem contaminados, definiu-se que a elaboração do parecer de revalidação começaria em janeiro ou fevereiro de 2021. Assim, no período compreendido entre outubro de 2020 e os primeiros meses do ano seguinte, o técnico do imaterial do Iphan/MT iniciou o processo de mobilização, anuências e produção de conhecimento (reuniões virtuais, entrevistas via celular e WhatsApp) para fins de subsidiar o parecer de revalidação.

Cabe ressaltar que, em 2015, passados dez anos do registro, o Iphan/MT através Edital nº 001/2015 do Projeto 914BRZ4012 “Difusão e Ampliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” iniciou a pesquisa para fins de avaliação das ações de salvaguarda realizadas em prol do bem cultural. Na ocasião contratou-se a consultoria *ad hoc* [2] visando à mobilização de detentores, agentes e entidades parceiras, produção de conhecimento do atual estágio do bem e elaboração de diagnóstico capaz de subsidiar o processo de Revalidação, conforme recomendava a Resolução nº 01 de 8 de julho de 2013.

Além disso, em 2019, quando o antropólogo assumiu o cargo na Superintendência do Iphan/MT foram realizados dois encontros em Cuiabá (MT), que reuniu mestres artesãos de Viola de Cocho, cururueiros e gestores de entidades públicas e privadas que lidam com políticas culturais nos municípios da Baixada Cuiabana. O objetivo foi retomar os processos de aproximação e de diálogo com os praticantes da Viola

de Cocho a respeito da salvaguarda, até então paralisados desde a transferência do técnico do imaterial em 2009.

Ciente que as tratativas do processo de Revalidação estavam em vias a ser iniciadas pelo DPI/IPHAN e, conseqüentemente pela Superintendência Estadual, aproveitamos a oportunidade que havia um número significativo de detentores presentes para informá-los sobre a ação e questioná-los acerca da continuidade do título de patrimônio cultural brasileiro, atribuído ao Modo de Fazer Viola de Cocho. Todos os participantes, homens e mulheres, manifestaram-se favoráveis, apesar de exporem algumas críticas, sobretudo em relação as ausências e distanciamento do Iphan/MT no que diz respeito às ações de salvaguarda. O fato do estado brasileiro ter reconhecido a importância dessa prática cultural, antes vista pelas pessoas como reminiscência folclóricas, portanto uma prática antiga e em desuso, permeou os depoimentos dos praticantes.

Em razão da pandemia de SARS-COV-2 (COVID 19) e dada a idade avançada dos detentores tradicionais, grupos de risco no atual cenário epidemiológico, não foi possível a realização de encontros e reuniões presenciais. Essa realidade contribuiu fortemente para o atraso no início dos procedimentos necessários à elaboração do parecer de revalidação.

A experiência acumulada proporcionada pelo uso de ferramentas virtuais (reunião por videoconferência através da plataforma *google meet*, WhatsApp etc.) durante o processo de criação da página virtual no Instagram destinada à divulgação dos produtos confeccionados pelos mestres artesãos de Viola de Cocho (@violadecocho patrimoniomt), que faz parte da Campanha “Conectando patrimônios: redes de sabores e artes” [3], foi fundamental para darmos prosseguimento aos trabalhos referente à revalidação do bem. As duas demandas de alguma forma caminharam juntas, aproveitando a presença dos detentores.

Para a elaboração da página virtual, contamos com a ajuda de alguns parceiros, gestores de cultura e voluntários de alguns municípios que possibilitaram aos detentores, principalmente os mais idosos, a participarem das reuniões virtuais. Estiveram presentes nas três reuniões os mestres artesãos de viola de cocho Lourenço, de Cáceres (MT), Martins, de Barra do Bugres (MT), Alcides, de Santo Antônio do Leverger e Alexandre, de Várzea Grande (MT). Também participaram dos eventos os representantes da Assoc. das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso (AMFMT), de Várzea Grande, da Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana do Coxipó, de Cuiabá e do Grupo Folclórico Cururu e Siriri e Reza Cantada do Pantanal, de Poconé. Também esteve presente em uma reunião, o presidente da Federação dos Grupos de Cururu e Siriri de Mato Grosso, o senhor Edney Santos.

Durante as reuniões de trabalho, apesar do foco incidir sobre a elaboração da página virtual (comissão responsável pela criação atualização do sítio, produção de textos informativos sobre os mestres etc.), aproveitávamos o momento para informar sobre a revalidação, reforçar a importância da participação dos detentores no processo ora em curso. Assim como ocorreu nas reuniões presenciais em 2019, todos os presentes demonstraram interesse em contribuir com o parecer. Os diálogos virtuais foram exitosos de tal forma, que conseguimos concretizar o projeto da página e agendar as entrevistas com os detentores e parceiros.

O Artigo 6º da Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, recomenda que a elaboração deste Parecer Técnico deverá integrar, na forma que coubesse, detentores, parceiros e demais segmentos interessados. O Roteiro básico para a Reavaliação, anexo à referida Resolução, orienta que a realização dos trabalhos aconteça, “da maneira mais oportuna, e conduzidos de acordo com o formato definido pelos técnicos” das Superintendências Estaduais, sugerindo-se que se descreva como se deu a participação na produção do Documento.

A construção do parecer técnico aconteceu paralelamente à produção de conhecimento (entrevistas e depoimento dos atores envolvidos com a Viola de cocho), divulgação do processo de revalidação através das redes sociais (Facebook e grupos de WhatsApp), contendo o card informativo (Ver imagem 25 Anexo – Relatório Descritivo) e envio de ofícios para algumas instituições e grupos como Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer (SECEL/MT), Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá, Museu Dom Aquino (entidade que abrigou o viveiro de mudas de espécies na época do Pontão de Cultura da Viola de Cocho), Grupo Flor Ribeirinha etc. Algumas entidades, como foi o caso da Coordenação de Cultura do Município de Diamantino, que ficou sabendo da revalidação através das redes sociais entrou em contato com o Iphan/MT se pronunciando favorável à revalidação [4]. O gestor foi orientado pelo

técnico do imaterial a enviar um ofício manifestando-se sobre a questão e informando os aspectos do estágio do bem cultural no município.

Destarte, este Documento é construído baseando-se nas interlocuções com detentores e parceiros da salvaguarda retomadas em 2019 pelo técnico da área de patrimônio imaterial do Iphan/MT. Também serviu de subsídio os documentos produzidos no período do Pontão da Viola de Cocho, existente nos arquivos da Superintendência. No quadro abaixo apresentamos a relação os detentores (artesãos de viola de cocho e cururueiros), parceiros, técnicos e gestores de entidades públicas e privadas.

Quadro 1: Relação dos entrevistados

Detentores do Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso			
Nome	Idade	Função	Municípios
Alexandre Pães	42	Artesão de Viola de Cocho	Várzea Grande
Alcides Ribeiro	57	Artesão de Viola de Cocho	Santo A. Leverger
Lourenço Da Guia	82	Artesão de Viola de Cocho	Cáceres
Thomas Flaviano	54	Cururueiro	Cuiabá
Dito Pinto	73	Cururueiro	Poconé
Parceiros, técnicos e gestores			
Elizabeth Costa	-----	CNFCP/IPHAN	Rio de Janeiro
Terezinha Valéria	-----	Ex-coorda. Pontão da Viola de Cocho	Várzea Grande
Emanuel Braga	-----	Técnico em Ciências Sociais	Iphan/PB
Patrícia Osório	-----	Professora da UFMT	Cuiabá
Abel dos Anjos	-----	Músico e Professor da UFMT	Cuiabá
Celi Minas	-----	Presidente da AMFMT	Várzea Grande
Carmen Ferreira		Vice-presidente da AMFMT	Várzea Grande

Fonte: Iphan/MT (2021)

Paralelamente à produção de conhecimento empírico sobre o bem cultural, contemplamos a produção acadêmica elaborada por pesquisadores discutem sobre o tema. Este Parecer, portanto, será subdividido em subtítulos, a partir das informações emitidas pela Nota Técnica nº 9/2020/DPI e pelo Roteiro básico para a Reavaliação, anexo à Resolução nº 5/2019, observando-se as particularidades do Bem cultural no estado de Mato Grosso.

## BLOCO 1 – CONDIÇÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO BEM CULTRAL

A Viola de Cocho é talvez o ícone de maior expressividade em Cuiabá, basta caminhar pela cidade para perceber as inúmeras maneiras que ela interage com a paisagem urbana do lugar. O instrumento está presente nos outdoors, painéis luminosos, empresta suas formas aos canteiros de praças, monumentos urbanos e tantas outras possibilidades. No entanto, toda essa publicidade e exposição, fomentada em grande parte pelo poder público local, destoa dos discursos dos artesãos, que detêm os conhecimentos tradicionais tanto da feitura como da sonoridade retirada do instrumento.

Durante a retomada dos diálogos com os detentores em virtude da chegada do técnico do imaterial ao Iphan/MT em 2019, deparamo-nos com depoimentos preocupantes acerca do desaparecimento dos artesãos de Viola de Cocho seja em decorrência de morte seja pelo desinteresse dos mais jovens de aprender o ofício. Para o técnico do imaterial, é possível fazer, pelo menos, duas leituras distintas envolvendo a viola de cocho: uma, a partir do uso de imagens e formas do instrumento pela população urbana e o poder público, com forte apelo à *fetichização da mercadoria* e a outra, oriunda da visão orgânica dos detentores, que o produzem e utilizam o objetivo seja como atividade econômica de sobrevivência seja como atividade simbólica destinada a reforçar sua identidade cultural e religiosa.

Além do receio de desaparecimento da prática cultural e fragilidade na garantia de acesso às futuras gerações, eles queixavam do descaso dos órgãos públicos de cultura, nos três níveis de governo, pela falta de implementação de políticas públicas de incentivo para garantir a sustentabilidade do bem cultural. Entre as mais citadas destacam-se a dificuldade de acesso à matéria prima proveniente de espécie da flora pantaneira (ximbuva, sarã de leite, figueira etc), cuja oferta na natureza tem diminuído ano a ano em decorrência dos desmatamentos e do tipo de desenvolvimento econômico adotado no estado, e o desinteresse dos jovens por aprender a fazer a viola de cocho e dançar o cururu. A fala de uma participante segue nesse sentido quando ela diz: “precisamos fazer alguma coisa antes que tudo se acabe”. Ela também sugeriu que fossem realizadas ações de salvaguarda para documentar as rezas cantadas e as ladainhas proferidas durante as festas de santos. Como esses saberes encontram-se no domínio da oralidade, a preocupação da detentora é eles desapareçam à medida que as pessoas mais velhas vão morrendo.

Assim como o uso *fetichizado* da viola de cocho, destinada a promover a cidade para o trade turístico causava-nos incômodo, igualmente a postura da mídia televisiva local, dando espaço apenas a alguns poucos artesãos residentes em Cuiabá, em detrimento de outros espalhados pela região da Baixada Cuiabana, também gerava-nos desconforto. É bem verdade que existem fragilidades em relação à baixa quantidade de artesãos em atividade e à transmissão de saberes. No entanto, a falta de incentivos do poder público estadual associada ao fator midiático também contribui para gerar a falsa impressão de que só existem aqueles artesãos que aparecem na mídia. A respeito da questão que perpassa a forma como as políticas públicas de patrimônio cultural são encaradas pelos gestores estadual e municipais, a consultora do Iphan Patrícia Martins (2011) afirma que, “neste Estado a viola-de-cocho se configura como um símbolo de identidade, mesmo que forjado pela política de turismo local” (IPHAN, 2011, p. 35).

Conforme fomos conhecendo os atores e o contexto empírico de produção e reprodução do Modo de Fazer Viola de Cocho<sup>[5]</sup>, outras nuances diferentes daquelas apontadas pelos detentores nos primeiros diálogos foram sendo descortinadas. A partir das tratativas com a AMFMT, uma das entidades que assinou o Termo de Compromisso, responsabilizando-se pela atualização da página virtual da Viola de Cocho, alocada no site do Iphan, tomamos conhecimento de seu envolvimento na promoção de ações de salvaguarda no município de Várzea Grande. Desde 2010 que a associação, em parceria com o mestre artesão Alexandre Paes, realiza oficinas de viola de cocho, mocho e ganzá para jovens e adultos, oficina de rodas de cururu e dança de siriri e ações educativas nas escolas sobre a viola de cocho. Em 2020 fizemos uma visita a uma das oficinas do mestre, que contou com a participação de onze jovens. Embora nem sempre os resultados das oficinas apareçam de imediato, o mestre artesão assegura que dois jovens aprendizes têm se interessado em seguir o ofício. Um deles é seu sobrinho, Gilson, de 15 anos, e o outro é Joelson, de 14 anos, morador da zona rural de Santo Antônio do Leverger. Este, por sua vez, integra a página virtual, na categoria “Jovem Aprendiz”.

### **Musicalidade da Viola de Vocho: diálogos com outros gêneros musicais**

A sonoridade peculiar da Viola de Cocho é resultado do processo de feitura que envolve a escolha do tipo de madeira usada e a forma artesanal utilizada. A partir de conversas com alguns cururueiros observamos que antigamente os artesãos de viola de cocho dominavam todo o processo da prática cultural, que abrangia o saber fazer o instrumento, os conhecimentos melódicos como *temperar* (terminologia nativa que significa afinar o instrumento), o toque e as rezas cantadas. Era comum eles próprios confeccionarem suas violas. O mestre Alexandre disse que seu pai, o senhor Feliciano Monteiro de Oliveira, falecido em 2004, aos 89 anos, que era cururueiro e artesão, costumava se recolher na mata para confeccionar os instrumentos que presenteava aos companheiros de roda de cururu. Além de trabalhar sozinho sem ajuda dos filhos (criança) ou esposa recebia encomendas de cururueiros, porém não cobrava pelos serviços, pois entendia que não se deveria misturar a fé com o dinheiro. É possível que a postura reservada do artesão tenha alguma relação com estigma atribuído ao instrumento como coisa de pobre e sem valor cultural.

Alexandre, que aprendeu a fazer o instrumento observando seu pai, durante as poucas oportunidades que surgiram, e que também é artesão e cururueiro, possui uma visão diferente, já que suas oficinas têm

como objetivo transmitir os saberes sobre a viola de cocho. Ele atualmente conta com a ajuda do sobrinho adolescente na produção das violas.

Apesar dessas aberturas, muitos artesãos trabalham sozinho como é o caso de Lourenço, Roseno e Marins. O artesão Alcides, para atender a grande procura encomendas conta com a participação de alguns membros da família como esposa e até de netos. Sua esposa é responsável pelo acabamento dos instrumentos. Segundo ele a mulher é mais cuidadosa que o homem nos detalhes. Há, portanto, não apenas a inclusão de novos agentes como um processo de divisão do trabalho que envolve um recorte de gênero.

Nas oficinas que ministra na AMFMT, Alexandre atua de forma diferente de seu pai, demonstrando orgulho pelo ofício que realiza. Seus alunos que incluem pessoas de variadas idades e de ambos os sexos, recebem uma formação integral que abrange as técnicas de fabricação do instrumento, percepção sonora incluindo melodia e ritmo, e noções de rimas e versos (poesia) que envolvem o bem cultural.

Mas, não são todos os detentores do bem cultural que desenvolvem todas essas habilidades, como é o caso dos mestres cururueiros Dito Pinto e Thomas Flaviano[6] que não fabricam as violas, apesar de possuir conhecimentos sobre os tipos de madeiras utilizadas, época de coleta etc. Assim como dos artesãos Alcides, de Santo Antônio do Leverger, Roseno de Barra do Bugres e Bendito (Canarinho) de Poconé, se dedicam a fabricação violas e outros tipos de objetivos decorativos e utilitários como souvenir, pilões, colheres de paus e gamelas (espécie de alguidar de madeira). É diferente da posição e outros cururueiros como mestre Dito Pinto, que juntamente com seus companheiros de grupo são convidados para participar das festas de santos onde realizam suas rodas, rezas cantadas e ladainhas.

O cururueiro Thomas Flaviano, que também é Professor de Música da Rede Municipal de Ensino de Cuiabá e desenvolve projetos de musicalização através da Viola de Cocho, relatou sobre os experimentos e descobertas que tem realizado com seus alunos sobre a sonoridade da Viola de Cocho.

Por exemplo, na parte musical da viola os cururueiros, que eu considero músicos, são músicos de ouvido melhores que muita gente formada em música. Mas infelizmente eles têm essa limitação de estudo musical, eles aprenderam esse tempo todo que para tocar o cururu só se usam dois acordes, a gente aprendeu assim... Mas para tocar o siriri, já é algo diferente, então o costume musical, o siriri já não dá pra tocar igual o cururu. Pela condução melódica do siriri não é possível tocar só com dois acordes, tem que fazer acordes de acordo com o que a música pede... É possível criar outros acordes. Isso eu acho que são coisas que vão só valorizar a Viola de Cocho. Igual eu fiz uma composição que chama "Severino", aí eu já achei outro acorde. Tem um estudo musical em que dar suporte (THOMAS FLAVIANO, 2021. Depoimento oral).

Indagado se suas descobertas já tinham sido difundidas ou assimiladas pelos cururueiros de seu grupo e de outros, o detentor afirmou que não, e reforçou que para fins de manter a essência da sonoridade do cururu, prefere continuar tocando a viola de cocho com dois acordes conforme aprendeu como os mais antigos. Ou seja, há um zelo em manter-se fiel à tradição como algo que não muda. Ao afirmar que "a vontade da tradição está em querer-se tradição", Bornheim (1997, p. 18) expõe o poder que ela possui de permanecer imutável, alimentando-se sempre de um passado distante. Talvez o que motiva os indivíduos a reivindicarem uma tradição fixa e temporal esteja no pressuposto de que somos organizados pela tradição e que ela é nosso princípio, complementa o autor. Como é comum em todas as manifestações culturais, se há alguma tradição nelas, são, na verdade, as mudanças.

No entanto, o cururueiro já mostrou para os companheiros a versatilidade musical que o instrumento pode oferecer. Alguns, sobretudo os cururueiros mais velhos ficaram surpresos, pois não imaginavam que seria possível tocar outros ritmos com auxílio do instrumento.

Eles falaram assim "nooossa!", receberam positivamente. Isso para eles é muito bom, acham que só vai valorizar ainda mais... Claro que não vão usar esses outros acordes no cururu, mas falam no sentido de que aprender esses outros acordes não vai interferir no cururu, mas vai interferir na valorização da Viola de cocho né... Isso não quer dizer que o cururu vai ser tocado diferente, vai continuar com os dois acordes (THOMAS FLAVIANO, 2021. Depoimento oral).

Apesar de afirmar que, através de estudo musicais sobre os usos da Viola de Cocho é possível inserir novas nuances sonoras no cururu, principalmente na ampliação do número de acordes, o cururueiro

entende que essa mudança é mais propícia ao siriri. A respeito do que pode e o que não no cururu, a fala do detentor parece ir ao encontro às reflexões apresentadas por Patrícia Osório (2012) no artigo que discute os Festivais de Cururu e Siriri em Cuiabá (MT) entre 2009 e 2011. A autora utiliza as categorias *aberto* e *fechado* para pensar permanência ou não de elementos inerentes a esses dois gêneros da cultural pantaneira mato-grossense. Enquanto “o cururu é uma manifestação fechada, com forte vínculo religioso e social, o siriri apresenta um estilo mais aberto, de divertimento” (OSÓRIO, 2012, p. 243).

Todo o complexo musical e poético que envolve a Viola de Cocho e os gêneros musicais cururu e siriri são fontes inesgotáveis de inspiração para pesquisadores, músicos e simpatizantes, ligados à academia ou não, interessados em experimentar novas possibilidades de acordes e ritmos. O músico, pesquisador e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Abel dos Anjos, produziu diversos arranjos e versões utilizando a Viola de Cocho tanto a partir do cancionário popular (samba, valsa e outros) com de músicas clássicas de autores famosos como Vivaldi e Mozart.

Como se percebe esses gêneros musicais são fontes inesgotáveis de inspiração para outros músicos e emprestam sua sonoridade para outros estilos musicais. Recentemente, os integrantes da banda de rock Cão do Mato, de Cuiabá, produziram um videoclipe com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, que integrou a Viola de Cocho e uma performance do Grupo de Cururu do Coxipó[Z].

Quanto à inclusão da Viola de Cocho na Orquestra de Câmara de Mato Grosso, de fato foi uma iniciativa que ocorreu, por volta dos anos 2004, 2005. Conforme relatou um dos colaboradores do projeto, Abel dos Anjos, a orquestra foi criada pelo maestro Leandro de Carvalho, que continha o naipe de oito violas de cocho. Alguns dos músicos eram seus alunos do curso de música da UFMT, um deles é o cururueiro Thomas Flaviano. Questionado sobre os motivos da retirada do naipe de viola de cocho, o músico disse o seguinte:

Não, não tem mais. É por isso que eu estou te falando, eu percebi, que foi só uma coisa assim ... na terra em que eu fui nascido o pessoal fala do famoso “fogo de palha”. Pega para valer e depois acaba. Quer dizer... eu fiquei triste porque depois os meninos (acadêmicos do Curso de Música da UFMT) foram sendo mandados embora um a um e acabou (ABEL DOS ANJOS, 2021. Depoimento oral. Observação nossa entre parênteses).

Pelo que observamos através de entrevistas com detentores e durante as visitas que realizamos às festas de santos em 2019 os instrumentos que integram atualmente as performances dos grupos de cururu e siriri são a viola de cocho, o ganzá (reco-reco de taquara) e o mocho (uma espécie de tambor no formato de uma cadeira de quatro pernas com tampão de couro). O ritmo melódico do cururu é acompanhado exclusivamente de viola de cocho e ganzá, já o siriri, que também utiliza a viola de cocho, depende do mocho que com sua batida marca os passos dos dançadores e dançadoras. No entanto, conforme ressaltou o artesão Alexandre, que além de fabricar violas de cocho e ganzá também produz mochos, não se usa mais pele do veado campeiro como se fazia antigamente. Hoje foi substituído por couro bovino, sem que cause qualquer interferência na sonoridade do instrumento. Ao contrário da viola de cocho, que requer para sua confecção matérias primas específicas, oriundas da flora pantaneira, o mocho é produzido com madeiras disponíveis em lojas que comercializam madeiras.

Por último, ainda no quesito musicalidade do complexo festivo-religioso, alguns detentores, sobretudo aqueles que acompanham as festas de santos há algumas décadas, relataram preocupação a respeito da proliferação de outros ritmos oriundos da cultura de massa como o *lambadão* e o funk. Eles os veem como ameaça ao cururu e siriri, gêneros tradicionais desse tipo de festejo.

### **Sobre o número de artesãos de viola de cocho**

O Pontão de Cultura – Casa Cuiabana Centro Cultural da Viola de Cocho - foi um convenio nº 702690/2008 firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso que tinha como objetivo a articulação de diversas ações voltadas para a salvaguarda de todo o complexo cultural referente ao bem, principalmente no que diz respeito ao *modo de fazer a viola-de-cocho* e às manifestações associadas ao uso da viola como o *Cururu*, o *Siriri*,



a *Congada*, o *Boi à Serra*, dentre outras. As atividades de fato só iniciaram em 2010 com mobilização de detentores, realização de oficinas de capacitação e transmissão de saberes, cadastramento de grupos e em 2015, quando o convênio foi encerrado e as parcerias desfeitas. Os objetivos do Pontão em prol da salvaguarda do bem cultural eram:

- Favorecer a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural relacionado à viola, levando questões referentes às políticas públicas culturais para as comunidades tradicionais da Baixada Cuiabana e trazendo suas demandas para o poder público, a fim de construir uma política mais adequada, democrática e descentralizada para o contexto cultural do bem.
- Formar líderes das comunidades, incentivando a criação de associações que representem as demandas locais, e fortalecerá as que já existem, no intuito de democratizar e descentralizar a política cultural.
- Promover a criação de um Comitê Gestor de associações e de instituições que representem efetivamente as comunidades a fim de construir uma gestão compartilhada e fortalecida do Pontão de Cultura.
- Fortalecer por meio de oficinas de formação, do cadastro geral de artesãos e cururueiros, da gestão pelo acesso às matérias primas e pelos direitos autorais, da educação patrimonial nas escolas mais próximas das comunidades e da organização de espaços de divulgação, promoção e fruição do bem cultural, as condições de produção e reprodução do contexto cultural da viola de cocho.

De acordo com levantamento realizado pela equipe técnica do Pontão em 2011 nos municípios de: Cuiabá, Cáceres, Acorizal, Várzea Grande, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães, Jangada, Rosário Oeste, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Nova Mutum, Diamantino, foram contabilizados 38 grupos de cururu e siriri, totalizando 1527 integrantes envolvidos nas funções de dançadores/as, coordenadores/ras, músicos, figurinistas e apoios. A lista não especifica a quantidade de grupos de siriri e cururu por município onde eles atuam, nem o número de cururueiros. Pelo que averiguamos em contato com alguns presidentes de grupos que se mantêm em atividade muitos deles foram criados para participarem dos festivais de cururu e siriri. Com o fim da promoção dos eventos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, muitos deles foram desfeitos. O último festival aconteceu em 2016, mas já não teve a pujança dos outros anos seja em participação de grupos seja em número de expectadores.

O setor de patrimônio imaterial do Iphan/MT ainda não possui um diagnóstico fechado a respeito do número de artesãos de viola de cocho em atividade em Mato Grosso, nem dos cururueiros que residem na Baixada Cuiabana. Desde 2019, estamos trabalhando para atualizar o cadastro como o intuito mapear quem são e onde estão esses detentores. As primeiras reuniões presenciais ocorridas naquele ano foram realizadas também com esse propósito. Em 2020, quando nos aproximamos da AMFMT em função da elaboração da página virtual da viola de cocho em Mato Grosso, vimos a oportunidade de estabelecer uma parceria principalmente em relação a atualização do cadastro dos mestres artesãos. No mesmo ano, âmbito da Lei Aldir Blanc, a associação propôs um projeto para mapear os artesãos de Viola de Cocho na região da Baixada Cuiabá. A proposta denominada “Visibilidade dos Artesãos de Viola de Cocho” foi selecionada e a pesquisa de campo está sendo finalizada. A parceria estabelecida entre o Iphan/MT e a entidade encontra-se em processo de formalização (01425.000120/2021-11) e prevê a disponibilização das informações em troca de apoio técnico[8].

Quadro 2: Relação atualizada dos detentores da Viola de Cocho em Mato Grosso em alguns municípios da Baixada Cuiabana

Nome	Idade	Estado civil	Ofício	Localidade
Abrão do Carmo	79	Divorciado	Artesão	Poconé
Alcides Ribeiro	60	Casado	Artesão	Santo A. Leverger
André Campos	77	Casado	Artesão e cururueiro	Várzea Grande
Alexandre Pães	44	Solteiro	Artesão e cururueiro	Várzea Grande

José Atanázio	73	Casado	Artesão e cururueiro	Poconé
Benedito Augusto	?	Casado	Artesão	Nova Mutum
Benedito Campos	56	Casado	Artesão e cururueiro	Poconé
Denis Cindre	25	Solteiro	Artesão	Barra do Bugres
Ernesto Lídio	74	Casado	Artesão e cururueiro	Poconé
Henrique Nunes	72	Casado	Artesão e cururueiro	Poconé
José Guilherme	86	Casado	Artesão e cururueiro	Poconé
Lourenço da Guia	82	Casado	Artesão e cururueiro	Cáceres
Martins Moraes	83	Viúvo	Artesão e cururueiro	Barra do Bugres
Damião de Almeida	81	Casado	Artesão	Rosário Oeste
Roseno Lino	69	Casado	Artesão	Barrão de Melgaço
Venceslau Moraes	86	Viúvo	Artesão	Santo A. Leverger
<b>Roda de Cururu e Dança de Siriri</b>				
Benedito Pinto	77	Casado	Cururu e siriri	Poconé
Bernardo Nunes	85	Viúvo	Cururu	Poconé
Celestino Santos	72	Viúvo	Cururu	Poconé
José Carlos Pereira	72	Casado	Siriri	Poconé
Vicente Lídio	64	Solteiro	Siriri	Poconé
Firmino Correia	59	Casado	Cururu e siriri	Poconé
José Carlos	65	Casado	Siriri	Poconé
Thomas Flaviano	54	Casado	Cururu	Cuiabá
Salvador Arruda	73	Casado	Cururu e siriri	Poconé
Serafim Francisco	74	Viúvo	Cururu e siriri	Poconé

Fonte: Fonte: Iphan/MT (2021)

Todos os detentores da viola de cocho do município de Poconé participam do Grupo Folclórico Cururu e Siriri e Reza Cantada do Pantanal, presidido pelo mestre cururueiro Dito Pinto, que os representou na entrevista concedida ao técnico do imaterial em março de 2021. A mesma dinâmica foi utilizada para o cururueiro Thomas Flaviano, dirigente da Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana de Coxipó, em Cuiabá. O quadro acima apresenta um panorama parcial do número atual de detentores que produz e reproduz o bem cultural em alguns dos municípios, os quais tivemos contatos pessoalmente a partir de 2019 ou que foram informados por terceiros.

Durante as pesquisas do Registro no início dos anos 2000, o município de Diamantino estava na lista do território com incidência de artesãos de viola de cocho. Nas reuniões presenciais que realizamos em 2019, não tivemos a participação de seus representantes. No entanto, durante a campanha de divulgação e mobilização sobre a revalidação realizada no início de 2021, recebemos a ligação telefônica da Coordenadora de Projetos Culturais da Assessoria de Cultura de Diamantino/MT, a senhora Mylene Wirgues Paese, que buscava mais detalhes sobre o processo. Informamos sobre a finalidade da revalidação do título, os trâmites e outros questões. Seu contato foi importante por duas razões primeiro, porque não havíamos estabelecido até então nenhum contato com gestores na cidade e segundo, porque ela apresentou a real situação dos detentores da viola de cocho. Conforme observamos no relato enviado em forma de mensagem de áudio através do WhatsApp, no dia 20 de abril de 2021, os problemas não diferem dos outros territórios onde há incidência do bem cultural.

Em atividade nós não temos muito não. Na verdade, a gente não tem quase nenhum, porque quem fazia muito, e vendia muita viola de cocho era seu Euzébio. Ele morava no Bairro Pedregal, mas ele faleceu, né. E, por último, nós termos o seu Zé Pinheiro... eu não sei, mas vou logo lhe adiantar, ela não tá muito bem de saúde. Ele tá bem velho. Agora o Alcides (oficina ministrada durante as ações do Pontão da Viola de Cocho), quando esteve aqui deu curso para várias pessoas. Tenedine, um educador que hoje mora em Cuiabá, que nessa época morava aqui, a professora Edna que mora no sítio, mas ela só produziu naquela ocasião. Nesse grupo também estava o seu Zé Pinheiro também. Teve crianças também que fizeram, mas ninguém tá fazendo para vender nesse momento. De

repente um novo curso de viola de cocho aqui seria bem-vindo. O problema é a madeira que a gente quase não tem. A ximbuva é muito difícil de encontrar. A tradição tá morrendo mesmo., o ofício já tá indo... (MYLENE, 2021. Depoimento oral. Observação nosso entre parênteses).

A fala da informante e gestora trás à tona, pelo menos, três problemas que são recorrentes nos discursos dos detentores com os quais conversamos desde o momento que reiniciamos os diálogos há um ano e maio. O primeiro é o desaparecimento dos mestres, o segundo a dificuldade de acesso à matéria-prima (madeiras) e, por último, a necessidade de oficinas de transmissão dos saberes da viola de cocho para a geração mais jovem.

Além da escassez e do desaparecimento de artesãos mais experientes que são recorrentes nos discursos dos detentores, e que remete ao termo “retórica da perda”, cunhado pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves Santos, outro problema, também nos causam preocupação. Trata-se da ausência de ações de valorização ao bem cultural (produção de conhecimento), nos municípios onde há incidência da viola de cocho. Durante a escrita deste parecer, a mesma gestora que relatou sobre o atual contexto de desaparecimento dos detentores em Diamantino, procurou-nos para solicitar vídeos e imagens de cururueiros e suas rodas, pois precisava realizar uma live em homenagem à Semana da Cultura de Mato Grosso, destinada aos alunos do município. Ainda ressaltou que muitas crianças não conhecem o Cururu. O exemplo é pontual, mas sem dúvida é a realidade de varias localidades que possui incidência do bem.

### **Manutenção do fazer a viola de cocho de forma artesanal**

Sobre esse quesito observamos que a viola de cocho e os demais instrumentos que integram o complexo coreográfico, poético e musical do bem cultural continuam sendo confeccionados de forma artesanal, porém com algumas mudanças que, segundo os artesãos, não alteram a essencial do bem cultural. Vale salientar que antes da pesquisa do Registro outros elementos já vinham sendo introduzidas como o uso de linha de anzol (fio de nylon), em substituição às tripas (vísceras) de macaco, e a cola industrializada. Se há alguma tradição nelas, são, na verdade, as mudanças.

A viola, por exemplo, permanece sendo esculpida no tronco da madeira, conforme faziam os mais antigos. No entanto, segundo frisou o artesão Alcides, o trabalho pesado que exigia força física diminuiu com o uso de equipamentos mecânicos como motosserra e lixadeira elétrica. Antigamente, o corte era realizado com machado e o lixamento (acabamento) era feito com auxílio de folhas de lixa (uma espécie de planta cujas folhas são ásperas). Esse processo foi substituído por lixas industrializadas. O uso desses equipamentos, segundo ele, permite que ainda na mata seja possível serrar os troncos no tamanho exato de modo a facilitar o transporte. “Nesse sentido, ajudou porque a gente já corta as toras de madeira mais ou menos do tamanho da viola, já no jeito para escavar. Antigamente, na época de meu pai, a gente usava o machado” (ALIDES, 2021. Depoimento oral).

O artesão lembrou que quando acompanhava seu pai, o artesão Caetano Ribeiro[9], os troncos de madeira eram cortados de machado e o transportados em carro de boi. Esse processo poderia demorar mais de uma semana até o início da confecção do instrumento propriamente dito. É importante destacar que, embora o uso de equipamentos facilite o trabalho do artesão, nem todos têm acesso a eles. Enquanto há artesão que se referem ao local trabalho chamando-se de “ateliê”, manuseando ferramentas apropriadas, dispendo de vitrine para expor os instrumentos, outros trabalham numa bancada no quintal, com ferramentas improvisadas confeccionadas a partir de colheres ou outros instrumentos.

Embora os artesãos utilizem algumas ferramentas mecânicas para facilitar o trabalho de confecção do instrumento, inclusive já mencionado no Dossiê, a fase que consiste em moldar a viola de cocho ou de “cavucar”, como se refere o artesão Alexandre, é um processo melindroso que requer mais habilidade e atenção, de modo que precisa ser realizado conforme faziam os mais velhos, já que dependendo da intensidade da batida pode danificar a caixa de ressonância que interfere diretamente na sonoridade da viola de cocho.

Outro detalhe que se caracteriza como uma mudança na confecção da viola de cocho diz respeito ao acabamento e à estética. Os artesãos citam o uso de verniz e até desenhos com motivos da fauna e da flora da região pantaneira. Também é comum ver algumas violas revestidas com tecidos de chita coloridos semelhantes aqueles usados nas saias rodadas das dançadoras de siriri. As violas que agregam os ícones da identidade cultural local geralmente são destinadas aos turistas. No entanto, observamos nas festas de santos que os instrumentos usados pelos cururueiros são simples sem enfeites ou algo parecido.

De acordo com o artesão Alcides, o brilho do verniz diminui a rusticidade do instrumento atraindo a atenção do comprador. Esses aspectos ajudam a refletir sobre uma questão importante que é a diversidade do público que consome a viola de cocho. Para além dos cururueiros que compram dos artesãos seus instrumentos, há os profissionais de outros gêneros musicais que buscam adquirir um instrumento de qualidade sonora ímpar para embasar seus experimentos. Outro nicho de clientes é formado por turistas que visitam às cidades da Baixada Cuiabana e o Pantanal e desejam levar consigo uma lembrança (souvenir). Portanto aí, segundo as falas de alguns artesãos, reside a diferenciação de valores de comercialização da viola de cocho. As características do instrumento confeccionado para suprir as exigências de um músico, requerem outros cuidados na confecção que vão além da estética, diferentemente do turista, que adquire uma viola de cocho para expor como objeto de decoração. Nesse sentido as presidentes da AMFMT relataram sobre a dinâmica de preço que tem, aos poucos se tornando mais acessíveis, apesar do problema de acesso à matéria prima. Assim relataram:

Quando a gente começou, em 2003, uma viola de cocho era muito cara, 600, 800 até 1000 reais... Agora a gente chegou a achar viola de 300 reais, e viola boa, com som extraordinário! Aí, baixou de 1000 para 300... Agora, há aquelas violas bem incrementadas né... Já específicas, com tampão de figueira (madeira de difícil acesso hoje). Mas a maioria daqui são feitas com um outro tampão... Mas, o valor diminuiu bastante. Por exemplo, essas duas violas que vamos entregar para uma escola pública para fortalecer o siriri o cururu deles foram 300 reais cada um (CELI MINAS E CARMEM FERREIRA, 2021. Depoimento oral. Observação nossa entre parênteses).

Apesar de sentirmos que há ainda muita desinformação por parte dos detentores em relação à política de salvaguarda (conceitos, alcances e limites), observamos durante os diálogos realizados que um dos valores patrimoniais essenciais do bem cultural destacados por eles é seu modo de fazer artesanal. É ele que permite que cada viola de cocho seja exclusiva. Segundo relataram alguns artesãos, no momento que o processo de fabricação passa a ser em grande escala se torna luteria.

Portanto, embora se contabilize uma série de mudanças vivenciadas pelo bem cultural no que diz respeito à confecção da viola de cocho, segundo os detentores elas não interferem na sua essência, já que o modo de fazer continua sendo majoritariamente artesanal, produzido por pessoas advindas das camadas populares e integradas nos circuitos das festividades religiosas em homenagens a santos católicos.

Ainda no que diz respeito à questão artesanal versus industrial, em marco de 2021, durante a campanha de divulgação da página virtual da Viola de Cocho, através do subsite “Conectando Patrimônios”, a equipe da AMFMT, responsável por sua atualização, recebeu uma solicitação de inclusão de um músico e luthier cuiabano que não tem ligação direta com o universo da viola nem com o cururu. Pelo menos não temos conhecimentos. Seu nome é Billy Espíndola responsável pela confecção de uma “guitarra de cocho” inspirada na Viola de Cocho. Em 2014, lançou a primeira guitarra de um único braço e com escala destemperada (sem trastes), assemelhando-se a instrumentos como violino e violoncelo. Em fevereiro de 2021, aperfeiçoou e lançou uma nova versão com dois braços, feita em um corpo maciço de sucupira e pau-ferro.

Na época ocorrido houve uma conversa rápida entre o técnico imaterial do Iphan/MT e os dirigentes da entidade responsável pela página, e chegou à conclusão pela não inserção das informações, antes de saber a opinião dos detentores do bem cultural sobre a questão. Durante as entrevistas com alguns detentores observamos que eles não concordam, pois se trata de processos e instrumentos distintos. O cururueiro Thomas Flaviano se posicionou contra e argumentou:

Eu acho que essa criação de um instrumento diferente, ainda mais nessa linha de que você vai partir com um instrumento eletrônico... O artesão não vai fazer uma guitarra de cocho, então ele entra nesse conceito de luthier. E eu acho que foi, assim, eu tenho uma admiração sobre toda criação (guitarra de cocho), a gente tem que valorizar a pesquisa da pessoa, mas não se pode pensar nisso como uma inovação do modo de fazer a viola de cocho, né. Trata-se da criação de um novo instrumento (THOMAS FLAVIANO, 2021. Depoimento oral).

Também consultamos Elizabeth Costa (CNFCP/IPHAN) sobre a demanda recebida, que foi categórica ao sugerir que deveríamos reunir os detentores para expor a questão e saber o posicionamento deles. Eles que são os principais interessados têm autonomia para decidir sobre a questão. Por último, os artesãos Alcides e Alexandre também entendem que não deve inserir a “guitarra de cocho” na página. Segundo eles são instrumentos distintos, apesar de reconhecerem como positivo fato de a Viola de Cocho ser fonte de inspiração para outros instrumentos já aceito pelo grande público. Nesse sentido, solicitamos orientação técnica ao DPI a fim de melhor conduzir o debate esse caso e outros que porventura sejam apresentados.

### **Do acesso à matéria prima à relação com os órgãos ambientais**

A questão ambiental que incide diretamente na dificuldade de acesso à matéria prima usada pelos artesãos é talvez o ponto nevrálgico que tem permanecido ao longo desses quase 20 anos de pós-registro do Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso. Nos últimos anos alguns fatores como incêndios em áreas de matas e o desmatamento associado ao modelo de desenvolvimento econômico, adotado na região em função da expansão do agronegócio, têm agravado o problema. Em 2020, os incêndios ocorridos na região pantanal mato-grossense, que foi notícia na mídia nacional e internacional, devastaram centenas de milhares de espécies utilizadas pelos artesãos na confecção da viola de cocho, evidenciaram ainda mais a questão. A sustentabilidade do bem cultural que possui interface direta com o meio ambiente, está a cada dia mais fragilizada, reforçaram todos os detentores com os quais estabelecemos diálogos desde 2019.

Esse problema também se relaciona diretamente com a relação entre artesãos e os órgãos de controle ambiental federal, estadual e municipais. Na verdade, atualmente não há qualquer diálogo envolvendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (CMBio), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) e Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios que integram à Baixada Cuiabana. Alguns artesãos relataram que na época do Pontão de Cultura da Viola de Cocho houve um diálogo com alguns órgãos ambientais, que resultou na emissão de uma carteirinha que os identificavam como artesãos de madeira. Hoje, a situação é bem complicada, pois, se um artesão é abordado em blitz da polícia ambiental e não comprovar que é artesão pode sofrer sanções que variam de pagamento de multa e até prisão. Não temos informação de ocorrência nesse sentido vivenciada pelos artesãos com os quais mantivemos contatos, mas o fato é que eles ficam com medo<sup>[10]</sup>. Cabe ressaltar conforme observou a consultora do Iphan em 2011, Patrícia Martins, a problemática envolvendo meio ambiente e acesso à matéria prima pelos detentores da Viola de Cocho figura talvez como o maior desafio da salvaguarda da Viola de Cocho.

A população que aí habita se depara com fortes e restritivas leis ambientais que afetam diretamente seus modos de vida. Impedidos de retirar do meio ambiente produtos e matérias-primas fundamentais para a reprodução de seus sistemas sociais e simbólicos, através desta legislação se evidencia uma visão fragmentada que ainda permanece na relação natureza e cultura (MARTINS, 2011, p. 20).

Pelo que averiguamos a madeira utilizada pelos artesãos é oriunda de doação realizada por fazendeiros locais, podas de arvores realizadas nos canteiros das cidades ou troncos que eles encontram nos canteiros ou terrenos baldios. No entanto, a rigidez na legislação ambiental por parte dos órgãos de governo que proíbe os proprietários de cortar as árvores já vem prejudicando o trabalho de alguns artesãos, que se beneficiavam com esse tipo de oferta no município de Cáceres.

De uns tempos pra cá nem os proprietários tão podendo cortar as árvores nas suas propriedades, devido a proibição do meio ambiente. A ximbuva e o sarã de leite que é apropriada para a viola está difícil de conseguir. Eu tenho usado madeiras de mangueira e tenho tido um bom resultado. As pessoas já sabem e me dão (LOURENÇO, 2021. Depoimento oral).

A questão envolvendo o acesso à matéria prima, conforme já mencionada é antiga. No início de 2000 alguns artesãos preocupados com a escassez de madeiras tradicionais usadas na confecção das violas de cocho começaram a realizar experimentos com outras espécies existentes na flora regional como *cajá manga*, *siriguela* e *mangueira*. Embora não sejam as preferidas, sobretudo no quesito plasticidade no processo de escavação do cocho, a maioria dos artesãos em algum momento já confeccionou violas viola utilizando alguma dessas espécies.

A implantação de um viveiro de mudas com espécies utilizadas pelos artesãos de viola de cocho foi uma das ações de salvaguarda conduzidas pelo Pontão da Viola, iniciada em 2011. De acordo com o Iphan (2011), apesar de se tratar de uma ação que tinha como foco minimizar o problema de acesso à matéria prima a longo prazo, não surtiu efeitos práticos.

Verificou-se a existência desta ação, porém há uma dificuldade em dar continuidade a ela, pois a equipe ainda não tem definido onde estas mudas serão transplantadas. Percebe-se que ainda são frágeis e pontuais as ações voltadas para a questão ambiental, apesar de se tornar uma discussão fundamental dentro da temática da salvaguarda de patrimônio imaterial pois toca diretamente ao ponto do desenvolvimento sustentável repercutindo na continuidade destes saberes-fazeres (MARTINS, 2011, p. 34).

Sobre dessa ação de criação de viveiros de espécies vegetais em parceria com o Museu Dom Aquino, que previa a produção de mudas de árvores visando atuar na linha de frente da sustentabilidade do bem cultural, a ex-integrante do corpo técnico do Pontão da Viola de Cocho, Terezinha Valéria, também conhecida por Terezinha Quilombola, em entrevista ao técnico do imaterial do Iphan/MT, disse o seguinte:

Foram disponibilizadas 3000 mudas. Aí em Nova Mutum foram plantadas em volta de uma praça. Em Barra do Bugres também levaram mudas, em Tangará da Serra, em Santo Antônio do Leverger... Então assim, agora eu não sei se cresceram ou não. Mas foram distribuídas. Só que o restante das mudas não sei como ficou no viveiro (TEREZINHA QUILOMBOLA, 2021. Depoimento oral).

Quanto ao viveiro não notícias sobre seu desdobramento, além das informações apontados pela informante, que se sabe é os transplantes de mudas aconteceram e que não houve acompanhamento sistemático do desenvolvimento das matrizes. O próprio artesão Alcides, que também integrou o corpo técnico do Pontão também não soube dar mais detalhes sobre o processo. No que diz respeito ao veículo (van) adquirido para auxiliar nos deslocamentos das equipes do Pontão e dos curureiros, quando demandado, após o fim do convênio permaneceu sob custódia do governo do estado de Mato Grosso. Há fortes indícios, segundo um detentor que pediu para seu nome não ser citado, de que ele tenha sido adaptado para funcionar como ambulância. Portanto, deve ter sido entregue à Secretaria Estadual de Saúde.

O acesso à matéria prima é transversal tanto à rigidez da legislação ambiental como à questão do desmatamento na região, e precisa ser amplamente debatido com o IPHAN, detentores, gestores de instituições públicas e privadas e sociedade civil interessados na salvaguarda do bem cultural, já que esse é, talvez, o maior desafio a ser enfrentado para garantir sua sustentabilidade. Em outubro de 2019 durante a segunda reunião com detentores um dos artesãos mostrou para os participantes a semente da ximbuva (Ver imagem 17 – Anexo Relatório Descritivo) e expôs sua preocupação. Segundo relatou os proprietários de terras estão derrubando árvores de ximbuva, justificando que os frutos ingeridos pelas vacas prenhas provocam abortos dos bezerros, causando prejuízos aos fazendeiros.

Esse dado é interessante porque se conecta com uma situação ocorrida na época da salvaguarda realizada pelo Pontão da Viola de Cocho. Segundo Elizabeth Costa (CNFCP/IPHAN) durante a construção de viveiros de mudas de espécies vegetais usadas na confecção de viola de cocho, que previa a plantação nas propriedades dos próprios detentores, os artesãos não concordaram justamente pelo fato da semente ser tóxica para os animais.

Eles (responsável pelo Pontão) propuseram o plantio das mudas nas casas dos cururueiros, porque aí sendo em sua própria residência eles poderiam cortar. A princípio parecia uma solução muito adequada, mas, a gente conversando com eles, eles disseram que não podiam porque a árvore era tóxica para pequena criação. Todos eles têm, galinhas, porcos, vacas soltas nos quintais, não sei o que, e era tóxica. E eu vou te contar um fato muito interessante. A gente foi na Fundação Dom Aquino (instituição responsável pelo viveiro) e eu contei para a bióloga de lá que essa solução não era inviável porque os mestres estavam alegando aquilo, e ela disse que eles estavam redondamente enganados. Que tinham feito pesquisas, estudos e não era. Muito bem, voltei para o Rio de Janeiro. Uns dois meses depois eu recebo um e-mail da botânica dizendo que eles tinham feito testes. A baga da ximbuva não era tóxica, mas a semente, por dentro sim, e quando ela caía se esborrachava e abria. Então eles tinham razão. Então não podia ser na casa deles (ELIZABETH COSTA, 2021. Depoimento oral. Observações nossas entre parênteses).

Outras matérias primas, porém, não testadas pelos artesãos (pelo menos até o momento não ouvimos eles mencionarem), foram citadas pelo músico e professor Abel dos Anjos, como uma alternativa possível para minimizar o problema da oferta de madeira.

Você vai para o nortão (região norte de Mato Grosso), e lá tem a chamada madeira branca, que é o marupá e a caxeta, você faz viola maravilhosa com essas madeiras. E eu já falei “gente, o marupá e a caxeta além de dar tampo para a viola, você faz uma viola maravilhosa. São duas madeiras usadas no nortão fazer lenha de churrasco, porque não é interessante. Pronto! É uma oportunidade talvez de entrar em contato com esse pessoal, com as prefeituras municipais já que ela dá muito lá, extrai e manda para uma associação para eles poderem manter uma tradição (ABEL, 2021. Depoimento oral. Observação nossa entre parênteses).

Vale destacar que de nada adianta pensarmos em viveiros destinado ao replantio de espécies vegetais usadas na fabricação de violas de cocho e madeiras alternativas que sejam viáveis para dar continuidade ao bem cultural, sem avançarmos primeiramente nos diálogos interinstitucionais envolvendo IPHAN, órgãos ambientais federal, estadual e municipais. A pergunta que se faz é: quem disponibilizará o espaço destinado ao replantio das mudas? Quem fará o manejo?

Com exceção das iniciativas de interlocução ocorridas há alguns anos, com as mudanças de gestão do governo os diálogos sobre a questão do problema do acesso à matéria prima até o momento não aconteceram. As tentativas de aproximação entre Iphan/MT e SEMA/MT aconteceram por determinação do Ministério Público para alinhar questões referente ao Licenciamento Ambiental, questões urgentes direcionadas ao patrimônio arqueológico. Portanto, se quisermos avançar nesse item será preciso a juntada de esforços das chefias, tanto do DPI como da Superintendência Estadual. Entendemos que as tratativas relacionadas à salvaguarda do patrimônio imaterial seguem uma linha que prioriza processos educacionais e de sensibilização por parte dos parceiros. Outra questão que ficou evidente no declínio do Pontão da Viola de Cocho foram as sucessivas trocas de governo, que inviabilizou sua continuidade. Na verdade, em 2011 esse problema já preocupava os técnicos do pontão, conforme mostra o Produto 5, da consultora do Iphan, Patrícia Martins:

Nós tivemos ao longo deste processo a mudança de três secretários (...) aí você tem que começar tudo de novo, a cada um que chega você tem que explicar o que foi feito, o que pode, o que não pode, tem que explicar que este recurso não é nosso é um recurso federal, que há um diferencial no tratar e também naquilo que você tem como obrigação que oferecer. Tudo isso cria uma morosidade (IPHAN, 2011, p. 35).

## Da comercialização da viola de cocho aos cachês dos grupos

O fato de apenas um artesão sobreviver da fabricação de Viola de Cocho é, por si só, um dado que preocupa, pois dialoga diretamente com a ausência de um processo de comercialização beneficie todos aqueles que desejam vender os produtos resultantes de seu ofício. É fato que uma parte significativa dos artesãos recebem alguns benefícios seja oriundo de aposentadoria do INSS seja de BPC (Benefício de Prestação Continuada), de modo que o ofício é utilizado apenas como complemento da renda familiar, o que talvez justifique a fala deles ao dizerem que “fazem viola de cocho por amor!” É o caso do artesão e cururueiro Lourenço, agricultor aposentado que disse: “No meu, entende, a viola de cocho é só uma

complementação, não tenho como viver só da viola. O fato do ofício de artesão de Viola de Cocho não permitir aos detentores conseguirem uma renda fixa para sobreviver, mas, apenas uma pequena ajuda, faz com que eles não encarem como uma profissão. Por sua vez, com o artesão Alexandre a situação parece ser diferente, conforme relataram as presidentes da AMFMT, instituição que o artesão faz parte:

Em relação a nós, quando o Alexandre chegou, que saiu do Pontão, né, nos fortaleceu muito na questão da cantoria, dos instrumentos e do conhecimento, porque até então a gente nem sabia se poderia dar um curso (oficina de viola de cocho) aqui pros nossos alunos, e já é o quarto curso que a gente oferece... Antes, o cururueiro trazia sua viola, agora não, temos as violas que ficam aqui... Alexandre, eu acho, que através das oficinas, venda de viola melhorou a questão financeira dele. Então, eu acho que a questão da renda desse artesão melhorou sim, porque o Alexandre sobrevive da viola (CELI MINAS E CARMEM FERREIRA, 2021. Depoimento oral. Observação nossa entre parênteses).

Embora haja exemplos como esse que reforça as contribuições que o Registro trouxe para a vida dos detentores, no entanto, muitos não dispõem de um lugar ou órgão público para fazer o escoamento das mercadorias que eles fabricam. Os artesãos acabam usando as fachadas de suas residências para divulgar seus artesanatos e espaços da varanda para comercializar os instrumentos. É o caso de artesão Roseno, morador de Barra de Melgaço, cuja fachada da casa é sinalizada com um desenho rústico de viola de cocho, que ele usa como marketing para divulgar seus produtos aos turistas que passam na rua em direção ao Pantanal[11]. O artesão embrulha as vilas com sacolas plásticas para evitar pegar a poeira. O artesão Alexandre de Várzea Grande, embora disponha de um espaço na AMFMT que comercializa seus instrumentos, também faz uso do mesmo método. Utilizou a fachada de sua casa para divulgar seus produtos (Ver imagens 26, 27 e 28 Anexo - Relatório Descritivo).

A Casa do Artesão, que no passado prestou assistência aos artesãos principalmente no que tange à comercialização de viola de cocho estabelecendo a ponte entre o artesão e o cliente, não existe mais. No entanto, nas dependências do SESC Arsenal, um dos pontos turísticos de Cuiabá/MT, há uma loja destinada à comercialização do artesanato local, incluindo viola de cocho, mocho e ganzá em tamanho real e em miniaturas (chaveiros, imã de geladeira etc). No entanto, os instrumentos expostos na loja são confeccionados apenas um por artesão, talvez porque ele esteja mais próximo da capital onde as oportunidades oferecidas pelas escassas ações de promoção à cultura conseguem atingir.

Ao observarmos a ausência de violas de cocho produzidas por outros artesãos, enviamos um ofício[12] ao diretor da instituição solicitando uma reunião. O objetivo inicial é informá-lo sobre os bens culturais imateriais reconhecidos pelo IPHAN em Mato Grosso, e, dependendo da receptividade, solicitar ajuda (parceria) em prol da salvaguarda. Uma ação bem-vinda seria a ampliação da carta de fornecedores (artesãos de viola de cocho), de modo a beneficiar outros detentores que estão em outros municípios da Baixada Cuiabana. Além da loja do SESC Arsenal, há outra gerida por um coletivo de artesãos, no Shopping Goiabeiras, que comercializa viola de cocho e outros tipos de artesanatos produzidos em várias regiões do estado.

Apesar de ser uma ação simples, que não demandou custos, a página virtual do Instagram, denomina Viola de Cocho Patrimônio MT (atualmente alocada no subsite do IPHAN “Conectando Patrimônios: redes de sabores e afetos”), além de promover e divulgar os artesãos propiciou o acesso a outra modalidade de venda diferente daquela realizada através da interação através do corpo a corpo entre produtor e consumidor. No início do processo de mobilização e apresentação da ação em setembro de 2020, talvez por se tratar de uma ação pequena não imagina que seriam realizadas algum de tipo de transação comercial. No entanto, com poucos dias que a página estava no ar soubemos que dois artesãos realizaram vendas, Alexandre, de Várzea Grande, e o senhor Lourenço de Cáceres, ambos destinados a clientes do estado de São Paulo.

Outra possibilidade que pode ajudar na questão da comercialização de viola de cocho e outros instrumentos produzidos por artesãos, está sendo posta em prática pela AMFMT, inicialmente como projeto piloto utilizando que o mestre Alexandre produz nas oficinas, em Várzea Grande. Depois, dependendo do resultado, outros artesãos mapeados pelo “Projeto Visibilidade dos Artesãos de Viola de Cocho” patrocinado pela Lei Aldir Blanc, serão convidados a participar. Trata-se da criação de uma loja virtual no site do Mercado Livre, que estabeleceu uma parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro



do Governo Federal, a fim de contribuir com a cadeia produtiva do artesanato do país. Para mais informações acesse o link no youtube[13].

Em resposta à questão se o pós-registro contribuiu para o aumento da renda dos detentores e daqueles que de alguma forma se relaciona com o bem cultural, num primeiro momento é possível afirmar que sim. Principalmente, se levarmos em consideração a época dos Festivais de Siriri e Cururu promovidos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, que além de divulgar as manifestações associadas ao Modo de Fazer Viola de Cocho, promovia aos grupos acessarem através de editais públicos recursos financeiros. Os eventos movimentaram a economia local através da cultura agregando inclusive uma rede de profissionais que tradicionalmente não fazia parte da dinâmica dos grupos como costureiras, figurinistas, coordenadores de eventos, dançarinos/as, pessoal de apoio etc. Outro cururueiro comentou sobre a visibilidade que os grupos de cururu e siriri tiveram e acrescentou outro fenômeno que segundo ele movimentou a cultura local durante pouco tempo – a Copa do Mundo.

Olha em 2012 tudo vendeu muito, viola de cocho, ganzá e mocho. Os grupos compravam dos artesãos para se apresentarem. Quando tinham aqueles festivais houve um crescimento, uma ajuda... Nos festivais eles davam uniforme... O problema da cultura nossa foi depois da copa do mundo... Tudo paralisou (DITO PINTO, 2021. Depoimento oral).

Entre os anos de 2007 e 2015, período de maior pujança dos evento-espetáculos, os grupos tiveram oportunidade de viajar para outros estados e até para fora do país para divulgar a cultura ligada à Viola de Cocho. Através dos festivais os grupos de siriri e cururu ocuparam outros como teatros e arenas de festas agropecuárias da região. De acordo com o artesão Alcides havia naquela época em torno de 40 grupos de siriri. Tinha município, como Santo Antônio do Leverger, que tinha 12 grupos de siriri.

É interessante ressaltar que a cultura do espetáculo tem mais aceitação pelos grupos de siriri, o que não significa que não tenha sido absorvida pelos grupos de cururu. O fato do siriri ser uma manifestação festiva, alegre e sem objeção de gênero, portanto, “aberta” (OSÓRIO, 2012), ao contrário do cururu que é mais “fechado” (OSÓRIO, 2012), restrito ao contexto religioso, também contribuiu para essa valorização. Quanto à participação cururu nos festivais, os cururueiros relataram alguns incômodos quando comparados ao siriri. Pouco tempo nas apresentações e serem usados para cobrir os intervalos foram algumas das queixas. Além disso, eles expuseram que durante as apresentações somente um cururueiro cantava e os outros apenas tocavam, diferente das rodas tradicionais que todos, sem exceção, cantam e tocam suas violas de cocho em duplas.

Observa-se que o caráter fechado inerente ao cururu estabelece uma conexão com algumas queixas expostas pelos cururueiros quando relatam sobre o desinteresse dos jovens pela prática. Já com o siriri Osório (2012) observa o contrário, ou seja, o fato de ser uma manifestação festiva, alegre e sem objeção de gênero (dançam homens e mulheres, ao passo que no cururu só homens participam) a procura de pessoas interessadas é maior.

A cultura dos festivais e espetacularização trouxe para o dia a dia dos grupos práticas como a cobrança dos cachês. Os grupos começaram a se profissionalizar e monetizar suas apresentações, rompendo com o velho costume de se apresentar apenas por um lanche. No entanto, no caso do cururu há um dilema a ser transposto: como separa a atividade trabalho da devoção? Para Terezinha Quilombola, que participa de festa de santos desde criança, atualmente alguns grupos de cururu tem cobrado cachês para tocar nas festividades. Porém, conforme rebateu o cururueiro Thomas Flaviano, os grupos são formados por profissionais da música tão músicos quanto aqueles que tocam nas bandas (conjuntos musicais). Por que eles não merecem ser reconhecidos também? Para lidar com essa questão o cururueiro e seus companheiros de grupo decidiram que:

Se for pra sair de Cuiabá a gente pede o transporte, mas cobrar para festa de santo a gente não cobra. Porque o cururueiro vai pela devoção, para ir cantar para o santo. É importante diferenciar as apresentações particulares das festas de santos Se eu cobrasse na festa de santo eu estaria mexendo na devoção. Quem vai na festa de santo é quem pode ir. Na apresentação a gente convoca todo mundo. Esse dinheiro vem para a associação, não é para cada individuo. A gente mantém a linha de apresentação e a linha de devoção. Com isso a gente conseguiu unir os cururueiros (THOMAS FLAVIANO, 2021. Depoimento oral).

Para além das expectativas imediatista e quantitativa, os detentores também reconhecem que o Registro possibilitou uma maior visibilidade tanto em relação à Viola de Cocho, que passou a ser mais valorizada quando à manifestações associadas como o cururu e o siriri. No entanto, seu maior legado é qualitativo, e reside no fato de o Estado reconhecer o Complexo da Viola de Cocho como Patrimônio Cultural Brasileiro. Muitos detentores relataram que antes do registro eram discriminados simplesmente por serem cururueiros ou artesãos de viola de cocho. O cururueiro Alexandre, relatou que já chegou ser discriminado dentro de transporte público por estar conduzindo sua viola de cocho. Segundo ele, em tempos atrás os praticantes do cururu eram associados pelos moradores da cidade a coisas antiga, da roça, de pobre, e que a valorização por parte do poder público mudou essa realidade negativa.

Eu nunca tive vergonha de sair com a viola de cocho, pegar ônibus com ela. O pessoal dava risada da viola de cocho: “Ah, é do matuto!” Mas já vi pessoas que sentiam vergonha de sair, com a viola. E aí depois vai melhorando, porque não tinha nas escolas, não tinha nos quintais e hoje já tem. Onde tinha era muito apagadinho (LEXANDRE PAES, 2021. Depoimento oral).

O depoimento do artesão mostra dois momentos distintos: antes e Pós-Registro do Modo de Fazer Viola de Cocho. A professora da UFMT, Patrícia Osório, em entrevista também ressaltou essa realidade. Ela falou sobre a visibilidade que visibilidade que título trouxe aos detentores do bem. O título, ressaltou a professora, “deu para esses grupos que são periféricos, formados por negros, pobres a possibilidade de romper com a hierarquia entre o urbano e o rural, e poder mostrar sua cultura com orgulho.”

## BLOCO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES E O FAVORECIMENTO SOCIOCULTURAL DO BEM RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Após quase 20 anos de pós-registro outros municípios e, conseqüentemente, novos detentores do Modo de Fazer Viola de Cocho foram alcançados durante as ações de salvaguarda. A pesquisa do Registro contemplou os municípios mato-grossenses de Santo Antônio do Leverger, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Jangada, Nobres, Rosário Oeste, Diamantino e Várzea Grande. Apesar de não ter abrangido na época outros municípios, foi mencionado no Dossiê (IPHAN, 2009) que em Cáceres e Barão de Melgaço havia a presença de detentores. Durante as atividades de salvaguarda do Pontão de Cultura da Viola de Cocho (2009 – 2015), através da pesquisa de mapeamento dos grupos de siriri e cururu, foram incluídos detentores dos municípios já sugeridos durante a pesquisa do registro, e de outros como foi o caso de Acorizal, Barra do Bugres, Chapada do Guimarães e Nova Mutum. Devido ao intervalo de tempo que essa produção de conhecimento aconteceu é fundamental uma nova pesquisa para atualizar informações sobre os grupos de cururu e siriri, os cururueiros e também as festas de santo, de modo conhecermos todo o complexo que envolve a Viola de Cocho. No tocante aos artesãos, como são em número reduzido, o Iphan/MT em parceria com a AMFMT tem buscado aos poucos localizá-los e estabelecer diálogos com eles. À medida que surge um novo artesão levamos as informações para a página virtual da Viola de Cocho. Atualmente, mantemos contatos com sete artesãos em atividade, com incidência em oito municípios<sup>[14]</sup>. Ressaltamos que em Nobres, Jangada e Chapada dos Guimarães ainda não conseguimos estabelecer contato, o que reforça a necessidade de ampliação das pesquisas.

A respeito das transformações ocorridas no cururu e no siriri, é importante retomar às reflexões de Osório (2012), que têm como ponto de partida as observações realizadas nos Festivais de Cururu e Siriri ocorridos em Cuiabá (MT) entre 2009 e 2011. Segundo a autora embora exista uma dinâmica interna entre os cururueiros que veda a participação de criança, jovens e de mulheres nas rodas de cantorias, o que se via nos eventos era um rompimento com esses elementos da tradição. O que se via na competição eram muitos grupos formados por jovens e adolescentes. Alguns cururueiros contam que aprenderam ainda criança, mas foi na “marra”, pois não eram bem-vindo à roda formada por homens velhos, mais experientes.

Por outro lado, é interessante percebermos como a política de patrimonialização dos bens culturais imateriais vai mudando essas lógicas. Ou seja, a política traz algumas soluções, para que esse saber não morra, e uma dessas formas é criar mecanismo que favoreça o repasse dos saberes que não apenas o meio familiar como acontecia anteriormente. A forma mais usual da transmissão dos valores do bem é

através de oficinas, que várias pessoas participam, independente de ter sido nascido num grupo de detentores, ou ainda por ser jovem ou até de gênero diferente.

No que tange à composição dos grupos de cururu e siriri, a lógica interna, embasada pelo discurso da tradição (antigamente era assim...), só é permitido a participação apenas de homens experientes, enquanto o siriri abre espaço para homens, mulheres e crianças. No entanto no cotidiano já percebemos algumas aberturas na estrutura dos grupos de cururu, sobretudo no que diz respeito à participação de mulheres cururueiras. Um exemplo que ilustra essa transformação pode ser observado na cidade de Cáceres. O Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI) – Porto Barranco Vermelho, produzido pela empresa de consultoria ANX, em 2019, em decorrência da implantação de um empreendimento portuário no município, observou a presença de uma cururueira que participa das festas de santo na região, e que faz dupla com o marido.

Filha de cururueiro, Zilda sempre frequentou as festas de santo acompanhada de seus progenitores. Mas nenhum deles a permitiu cantar ou fazer toadas. Contudo, ela sempre carregou este sonho e o dom das rimas de cururu.

Uma vez a gente foi para uma festa, como sempre a gente vai, daí os responsáveis pela festa ficaram bêbados. Tomei coragem e assumi as toadas. Eu sempre treinei no banheiro e naquele dia tive coragem de cantar ali com eles (ZILDA DA SILVA. Depoimento oral fornecido à ANX, 2019).

Segundo contou o marido de Zilda, o cururueiro Isidoro, a esposa é muito interessada em participar das festas regionais, ele a acompanha, pois, além de admirar sua postura, Zilda enfrenta uma forte resistência dos cururueiros, tanto que, eles vão para outras cidades participarem de celebrações e rodas de cururu (Ver imagem 31 – Anexo - Relatório Descritivo).

Já viajamos 400 km em estrada de chão atrás de roda de cururu. Eu tenho orgulho de ser cururueira e poder mostrar a nossa cultura. Os jovens de hoje não têm interesse em aprender. Como dizem que cururu é coisa para homem, eu me visto igual a eles. Coloco calça, bota e chapéu, alguns dizem que pareço sapatão, não sei por quê? As músicas de cururu muitas são machistas, eu gosto de cantar sobre sonhos e natureza.” (ZILDA DA SILVA. Depoimento oral fornecido à entrevista ANX, 2019).

Nota-se que Zilda ocupa uma postura de resistência na manifestação cultural, por ser mulher, porém, seu caso não é o único (. O Grupo de Cururu Estrela Divina, mantido pela AMFMT Várzea Grande também integra mulheres cururueiras que entoam rezas/ladinhas e cantigas em parcerias com outros homens. Essa diversidade parecer sinalizar um processo de abertura que inclui a participação de outros sujeitos. A cururueira Antônia Caetano tem 65 anos, e mora em Várzea Grande. A outra, Antonia Curado, tem 74 anos, é natural de Nossa Senhora do Livramento e também reside em Várzea Grande (Ver imagens 29 e 30 – Anexo - Relatório Descritivo).

A presença de mulheres e crianças também aparece no processo de feitura da Viola de Cocho, descrito pelos artesãos mais antigos como um ofício predominantemente masculino. É o caso do artesão Alcides, que conta com ajuda de alguns membros da família como a esposa e a filha na confecção do instrumento, principalmente na fase de acabamento. Segundo relatou a mulher tem mais jeito que o homem para esse tipo de atividade, que requer habilidades manuais. É provável que o surgimento de uma divisão sexual do trabalho no processo de fabricação da viola de cocho tenha se dado a partir da necessidade de aumentar as vendas.

É importante frisar que essas mudanças são pontuais e não reflete o universo da Viola de Cocho em sua totalidade, pois, o que se observa na maioria das festas de santo, inclusive naquelas que participamos nos distritos rurais de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, em 2019, são grupos de cururu formados exclusivamente por homens a partir de meia idade. Alguns participantes mais jovens mantinham o filho criança na roda próximo a ele. O mesmo acontece com os artesãos, pois, a maioria produz seus instrumentos sem contar com a colaboração outras pessoas.

Mas além desses fatos outros, visto pelos cururueiros com preocupação, diz respeito à supressão dos rituais realizados pelos praticantes durante as festividades religiosas e a apresentações cuja finalidade não é devocional. Sobre a essência do cururu, mestre Dito Pinto disse o seguinte: “cururu é próprio da

peessoa, é a religião, é pra louvar santo, é diferente desses que vão lá pra alegrar o povo, dançar, gritar. O cururu não, a essência dele é religiosa, é cantar, louvar o santo com sua voz” (DITO PINTO, 2021. Depoimento oral). Essas mudanças que segundo o detentor, contribui para uma distinção entre cururu essência e cururu de apresentação, não iniciaram com os festivais nem tão pouco com as ações do pós-registro. Elas começam a parecer, por volta dos anos de 1970, “quando já tinha cururueiro em evento... até em carnaval tinha cururu, daí pra cá que começou a mudança”, reforçou o cururueiro. Nessa mesma época, ocorre a supressão dos ritos usados durante o levantamento dos mastros nas festas de santo, que eram mais de dez passagens incluindo rezas, ladainhas e toadas. Segundo eles, a maioria dos cururueiros hoje em dia limitam-se apenas a cantar algumas todas.

A fala do cururueiro se aproxima das reflexões de Carvalho (2012), ao falar da espetacularização. O autor refere-se a um conceito que está mais ligado às dinâmicas da sociedade de massa, cujos eventos rituais são criados para atender às necessidades de um determinado grupo. A partir das interações eles são apropriados ou transformados para o consumo de outro grupo diferente, ou seja, “a classe média urbana consumidora de espetáculos” (CARVALHO, 2012, p. 46).

Já em relação ao siriri, que conforme os relatos dos entrevistados o costume era utilizar a viola de cocho e o mocho, como instrumentos base, tem vivenciado algumas transformações muito em função da influência da cultura de massa. Como observou o cururueiro Thomas Flaviano, que também compõe música e toca viola de cocho voltada para o siriri alguns grupos, por não dispor de cururueiro, utiliza o playback com auxílio de áudio reproduzido a partir de CD ou Pen Drive durante as apresentações. Nesse caso o tocador, suposto cururueiro, apenas utiliza a viola apenas como objeto de dublagem.

Algumas mudanças também são visíveis na estrutura das festas de santo, muitas delas sob a influência da cultura de massa. De acordo com Evaldo Souza de Miranda, DJ (Disc Jockey) de festa de santo nos finais, as matinês – bailes diurnos – acontecem após o horário de almoço e segue durante a tarde. O repertório musical é composto por “músicas sadias[15]”, e inclui os seguintes ritmos: xote, marchinhas, rasqueado, flashback anos 80, sertanejo, samba e pagode. Esse profissional é contratado pelos festeiros, agentes que patrocinam a festa. A aparelhagem sonora que anima as festas de santo é semelhante a usada durante as “reives” – tipo de diversão apreciada por adolescentes e jovens.

A respeito de mudanças ocorridas na confecção da Viola de Cocho, além da utilização de espécies de madeiras alternativas e dos insumos, conforme já vinham sendo incorporadas ao processo desde a época da pesquisa do Registro como mangueira, siriguela e cajá-manga, a utilização de verniz, cola industrial e linha de anzol, não foram apontadas pelos artesãos outras transformações. Vale salientar que em função da escassez das madeiras tradicionais, usadas na confecção da Viola de Cocho outros tipos podem ser incorporados ao Modo de Fazer Viola de Cocho, à medida que os experimentos e percepções sensíveis realizados pelos artesãos avancem.

Conforme exposto anteriormente, com o fim dos festivais muitos grupos de siriri e cururu criados em vários municípios para fins de participar dos eventos também se desfizeram. Permanecem alguns poucos, sobretudo aqueles que conseguiram se profissionalizar buscando aperfeiçoamento e capacidade técnica para captar recursos seja publico através de editais seja via incentivos fiscais. É o caso do Grupo Siriri Flor Ribeirinha, talvez o único que alcançou notoriedade internacional, e o Grupo de Siriri Flor do Atalaia. No entanto, há também vários grupos de cururu que continuam em atividade independente dos festivais, talvez pelo fato de foco não ser o espetáculo, mas a participação em festas de santo. É o caso da Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana do Coxipó, do Grupo de Cururu Estrela Divina, da AMFMT, do Grupo de Cururu comandado por Dito Pinto, em Poconé, e do Grupo de Cururu presidido pelo cururueiro e artesão de viola de cocho, Lourenço em Cáceres.

Quanto à relação dos dirigentes desses grupos entre as instâncias políticas carece observar o seguinte. A maioria deles possui algum tipo de ligação ou influência na política local, o que significa uma abertura diálogo e representatividade dos detentores. O coreógrafo e produtor cultural, Aviner, neto de Domingas, criadora do Grupo de Siriri Flor Ribeirinha, atualmente exerce a função de Conselheiro Municipal de Cultural. Na última campanha política municipal, em 2020, ele confidenciou ao técnico do imaterial do Iphan/MT que pela primeira vez o grupo decidiu apoiar um vereador que defende as causas da cultura local. A AMFMT, por sua vez, mantém pareceria com a Superintendência de Cultura do município de Várzea Grande. O cururueiro Flaviano da Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana do Coxipó e o

artesão Alcides também já fizeram parte dos Conselhos Estadual e Municipal de Cultura. Seu Dito Pinto, já foi vereador, motivo pelo qual exercer boas relações entre os políticos locais. O Senhor Lourenço, por ser um defensor da manutenção da cultura da Viola de Cocho e do Cururu em Cáceres, também consegue estabelecer algum tipo de diálogo com os gestores de instituições públicas locais.

De fato, desde 1996, os instrumentos Viola de Cocho, Mocho e Ganzá são tombados pelo estado de Mato Grosso, pela Lei n. 6.772 de 10 de junho de 1996, como patrimônio cultural. Em reunião virtual através do *google meet*, realizada no dia 27 de abril de 2021 entre o Iphan/MT, por sinal, o primeiro diálogo após a chegada do técnico do imaterial que trata da questão dos bens registrados, e a equipe da Superintendência de Patrimônio Histórico e Museus da SECEL/MT que se posicionou favorável à revalidação. Na ocasião, a equipe destacou a importância da manutenção do título e fez algumas ponderações em relação ao tombamento dos instrumentos. Segundo foi mencionado o tombamento foi um ato meramente simbólico, sem nenhuma produção de conhecimento sobre os bens culturais (mapeamento do processo de fabricação, os agentes produtores, locais de incidência etc.) que embasasse o processo. Do ponto de vista das políticas de patrimônio cultural do governo federal o procedimento adotado é controverso, já que os objetivos tombados não são peças museológicas, que necessitam de proteção do estado. Para uma leitura mais acurada sobre o tema ver o documento “Relações entre os poderes legislativos e executivos no campo do patrimônio cultural imaterial: breve análise e recomendações (2020), elaborado pela Superintendência do Iphan/SP e pela Câmara Técnica do Patrimônio Cultural Imaterial (CTPI) do CONDEPHAAT de São Paulo.

Como se trata de um ato simbólico, que não previu ações pós-tombamento, conseqüentemente nunca foram implementadas ações de apoio aos bens culturais e detentores visando à sustentabilidade. No entanto, a secretaria tem destinado algum financiamento através da política de editais visando beneficiar os mestres da cultura popular no estado, que pode ter beneficiado algum artesão de Viola de Cocho. Mocho e Ganzá. Por outro lado, entendemos que a reunião foi proveitosa, já que a Superintendência de Patrimônio Histórico e Museus da SECEL/MT demonstrou interesse em participar do processo de elaboração do Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho, que o Iphan/MT pretende construir no segundo semestre de 2021, de forma coletiva com a participação de detentores, gestores de instituições públicas e privadas, entidades e sociedade civil.

### **Alguns informes sobre o histórico da salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso (2006 até hoje)**

Em 2006, aproximadamente um ano após Registro, aconteceu a 1ª Reunião para elaboração do Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho, na sede da Sub-Regional do Iphan em Cuiabá, Mato Grosso. De acordo com a Nota Técnica (s/d), elaborada pelo técnico em Ciências Sociais, Emanuel Oliveira Braga, o objetivo do encontro era consultar cururueiros, artesãos e grupos de siriri sobre quais problemas eles enfrentam no dia a dia relacionados ao modo de fazer a viola, à realização do cururu, do siriri e estabelecer parcerias com entidades culturais e organismos governamentais para construção de uma ação articulada para a promoção do patrimônio cultural do bem selecionado. Os interessados que compareceram à reunião questionaram o fato do Registro abarcar os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, recorte político-administrativo, e pediram a revisão do Registro. Tal manifestação chegou ao Conselho Consultivo do Iphan em 2005, através de um ofício assinado pelo então presidente da Associação Folclórica de Mato Grosso, Sr. Luiz Marques da Silva, e ratificada pelo Secretário de Cultura do Estado, Sr. João Vicente Ferreira. O Conselho Consultivo decidiu, por unanimidade, pela confirmação do Registro nos moldes originais, mantendo o referido recorte. Talvez institucionalmente a questão tenha sido resolvida, visto que a bem cultural é praticado no Rio Acima, nos limites com os municípios de Mato Grosso, e no Rio Abaixo, indo até os limites de Ladário e Corumbá, no Mato Grosso do Sul, no entanto, entre alguns detentores observa-se que ainda hoje o assunto precisa ser esclarecido[16].

A 2ª Reunião Plano de Salvaguarda Viola de Cocho, ocorrida em 2007, contou com a participação do Iphan/MT (ainda vinculado à 14ª Regional do estado de Goiás), Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/Iphan, e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). De acordo com a Nota Técnica (s/d), nesse encontro, houve a participação de um número maior de cururueiros e interessados na questão, representantes tanto de Mato Grosso como de

Mato Grosso do Sul, e as diretrizes básicas do plano foram discutidas, ouvindo-se a opinião dos detentores do saber tradicional, das Secretarias de Cultura do Estado e do Município e da equipe do Iphan. As demandas e/ou queixas recorrentes nas falas dos detentores versavam sobre a dificuldade de obter matéria prima (madeiras para confeccionar as violas de cocho), falta de mercado para escoamento da mercadoria, vergonha dos jovens em se interessar pelo instrumento e pelas músicas e danças típicas do Cururu e do Siriri.

Provavelmente com as ações de salvaguarda implementadas a partir de 2008, sobretudo com a criação do Pontão da Viola de Cocho, algumas as preocupações foram atenuadas ou reelaboradas. Por exemplo, o sentimento de vergonha por parte dos jovens, atualmente pode ser percebido nos discursos dos detentores como falta de interesse desse público em aprender o Cururu (cantorias e rezas). Já no que tange ao acesso à matéria prima a escassez e dificuldade para conseguir as madeiras está diretamente relacionada ao processo de desmatamento e as restrições impostas pelas legislações ambientais.

Em 2011, ocorreu o cadastramento das Comunidades Tradicionais da Baixada Cuiabana, subsídio para um futuro mapeamento cultural, com intuito de preencher essa lacuna do Registro, localizando o contexto cultural e as diversas demandas referentes ao bem registrado, visualizando de modo mais estrutural os problemas levantados pelos grupos presentes na 2ª Reunião.

A escassez de informação sobre as ações de salvaguarda realizadas entre 2006 e 2015, quando perdurou o convenio do Pontão da Viola de Cocho, não permite a construção de uma cronologia. O que consta o material o qual tivemos acesso são informações gerais. Entre as quais destacam-se:

- O mapeamento dos grupos de cururu e siriri;
- Implantação de 03 Pontinho da Viola de Cocho em três municípios pólos: Cuiabá, Santo Antônio de Leverger e Nova Mutum, para melhor atender as necessidades dos detentores dos bens
- Pontão móvel – aquisição de Van Ducatto com dezesseis poltronas, que foi plotada com a estamperia do chitão estampa das roupas do cururu e do siriri, a viola de cocho e o ganzá. A customização também, fazia uma homenagem aos mestres Manuel Severino e Luiz Marques, ambos já falecidos. Foram eles os precursores do Pontão da Viola de Cocho percorrendo, desde 1960, municípios mato-grossenses recém colonizados por migrantes, falando da Cultura Popular Tradicional da região pantaneira;
- Palestras e oficinas de capacitação para detentores, gestores municipais e presidentes de grupos na elaboração de projetos culturais. O objetivo principal, segundo Terezinha Quilombola era instrumentalizá-los sobre os principais conceitos da política de patrimônio imaterial e o acesso e aos recursos públicos de fomento à cultura;
- Oficinas de Viola de Cocho realizadas para o público jovem em alguns municípios entre eles Cáceres, Diamantino, Santo Antônio do Leverger e Nova Mutum. De acordo com o relato do artesão Alcides para o processo de revalidação, um dos mestres de viola de cocho que ministrou oficinas, elas não tiveram efeito, pois a duração das aulas foi inferior ao tempo necessário para a finalização do objeto.
- Criação de viveiros de mudas de espécies vegetais (ximbuva, sarã de leite, cedro etc), utilizadas na confecção de viola de cocho.

### **Reinício dos diálogos sobre a salvaguarda do bem cultural - a partir de junho de 2019**

O Iphan/MT enviou Ofícios (Processo SEI nº 01425.000414/2019-29), aos secretários municipais de Cultura, ou Educação, ou Turismo, ou Meio Ambiente dos municípios onde há incidência do bem imaterial Modo de Fazer Viola de Cocho, solicitando a colaboração no transporte os mestres artesãos e cururueiros até a capital Cuiabá. O objetivo era reunir naquele momento os detentores que produzem violas de cocho. Os municípios convidados foram: Acorizal, Cuiabá, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Nobres, Chapada dos Guimarães, Jangadas, Nossa Senhora do Livramento, Nova Mutum, Poconé, Santo

Antônio do Leverger e Várzea Grande. Os encontros aconteceram em dois sábados (21/09/2019 e 19/10/2019). No primeiro evento participaram 24 detentores e agentes de instituições públicas e privadas, representando 06 municípios (Acorizal, Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Poconé), no segundo estiveram presentes 23 detentores, oriundos de Barra do Bugres, Cáceres e Cuiabá).

## 2020

- Setembro de 2020: 02 reuniões virtuais para a apresentar as diretrizes para a criação de uma página virtual destinada a divulgar e comercializar os instrumentos produzidos pelos artesãos resultantes do Modo de Fazer Viola de Cocho. Nos dois eventos conseguimos reunir detentores de Cuiabá, Cáceres, Barra do Bugres, Várzea Grande e Poconé.
- Outubro de 2020: Reunião para definir as entidades responsáveis pela atualização da página virtual. Na ocasião, dispuseram-se a assinar o Termo de Compromisso a Associação das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso – AMFMT Várzea Grande, e a Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana de Coxipó. A página virtual (Instagram) foi disponibilizada na internet em outubro de 2020. Em janeiro de 2021 foi sublocada no site do IPHAN (Conectando patrimônios: redes de saber e arte).
- Novembro de 2020: Visita do técnico do Iphan/MT à AMFMT para acompanhar a Oficina de Viola de Cocho ministrada pelo mestre artesão Alexandre Pães. Na ocasião, foi realizada uma palestra para os participantes (11 aprendizes) abordando os principais conceitos da política de patrimônio imaterial e o papel do IPHAN.

## 2021

- Em janeiro de 2021 foi sublocada no site do IPHAN (Conectando patrimônios: redes de saber e arte).
- Em janeiro, AMFMT deu início as atividades relativas ao projeto “Visibilidade dos artesãos de Viola de Cocho”, ação selecionada no âmbito da Lei Aldir Blanc, para realizar o mapeamento dos artesãos, que residem na região da Baixada Cuiabana. Por se tratar de uma ação, cujo resultado também interessa ao setor do imaterial do Iphan/MT, resolvemos propor uma parceria. Nós realizamos uma oficina para instrumentalizar os alunos da instituição o processo de construção de dados de empíricos, ajuda na elaboração do questionário semiaberto, fornecimento de alguns contatos de artesãos etc, em troca eles disponibilizariam o material atualizado. Os dirigentes concordaram, e inclusive emitiram um ofício formalizando a parceria (Processo SEI: 01425.000101/2021-95).
- Como o produto final do projeto é a produção de uma publicação (catálogo), no mês de março o técnico do imaterial convidou a Amanda Magalhaes da Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade do DPI para uma reunião com a AMFMT. Na ocasião, as presidentes expuseram a ideia e o valor financeiro disponível para realizar o projeto. Magalhaes, por sua, apresentou algumas possibilidades para a equipe, de modo a concretizar o projeto.

## BLOCO 3: RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA REVALIDAÇÃO

- 1 – Pensar formas de parcerias com outras instituições públicas e privadas, principalmente àquelas ligadas diretamente com o meio ambiente, com vista à minimizar os impactos/dificuldades que os artesãos têm para acessar as matérias primas utilizadas na confecção dos instrumentos. Isso inclui, além de flexibilização nas leis ambientais, a criação de um plano de manejo com resultado a longo prazo.
- 2 – Realizar oficinas de transmissão dos saberes do bem cultural, não restrita apenas à viola de cocho, mas também ao mocho e o ganzá, e outros projetos que estimule o interesse de crianças e jovens pela

prática.

3 – Realizar pesquisas sobre o bem cultural com o objetivo mapear/ampliar a quantitativa e qualitativamente os mestres artesãos de viola de cocho, mocho e ganzá, grupos de siriri e cururu, festas de santo, rezas cantadas e cantigas. Alguns detentores relataram que as cantigas antigas precisam ser documentadas, pois, estão se perdendo com o falecimento dos detentores.

4 – Considerações sobre a titulação do Registro: durante as conversas e entrevistas com detentores do bem, foi unânime o interesse em manter o título de patrimônio cultural brasileiro atribuído pelo IPHAN ao Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso. No entanto, alguns expuseram que a nomenclatura, conforme está escrita não permite compreender na totalidade a real complexidade de práticas culturais e objetos associados ao bem. Os encaminhamentos possíveis, a fim de abranger de modo satisfatório as demandas dos detentores seguem, em parte, àquelas já sugeridas pelo Iphan/MS, no Parecer Técnico nº 40/202 (SEI 2657121), como a Manutenção do Registro no Livro dos Saberes, com alteração da titulação para: “Modo de Fazer a Viola de Cocho, Tocar e Dançar o Cururu e o Siriri”.

Por último, levando em consideração que decorridos, aproximadamente, 20 anos do Registro do Modo de Fazer Viola de Cocho e constatado pouco avanço na salvaguarda do bem cultural não recomendamos sua ampliação, conforme sugeriu a equipe do patrimônio imaterial do Iphan/MS. É preferível somar esforços em prol das ações de salvaguarda como elaboração do Plano de Salvaguarda, busca de parcerias interinstitucionais, mobilização de detentores, ações de divulgação e pesquisa entre outras demandas que não foram implementadas.

## REFERÊNCIAS

ANX ENGENHARIA E ARQUEOLOGIA. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI)** na Área de Influência da Unidade Portuária Terminal Privado – Porto Barranco Vermelho, Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso. IPHAN, 2019.

ARIANO, Heloisa Afonso. Viola de Cocho: controvérsias em torno do registro de propriedade de um símbolo regional. **Aceno**: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Cuiabá, v. 4, n. 7. jan.- jul, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/issue/view/372>. Acesso em: 20 abr. 2021 <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/view/1732>.

BORNHEIM, Gerd. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd. et al. **Cultura brasileira: tradição e contradição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1997. p.113-129.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Global, [(1954) 2010].

CARVALHO, José Jorge de. Espetacularização e canibalização das culturas populares na América latina. **Revista Antropológicas**, Recife, ano 14. v. 21, n. 1, 2010. p. 39-76. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/view/1732>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FERREIRA, Juliana Batista. **Prévia da Revalidação de Registro da Viola de Cocho**. Produto 5 do contrato do Contrato: SA-2209/2015 vinculado à consultoria da Unesco/IPHAN a partir do Edital nº 001/2015 do Projeto 914BRZ4012. Brasília, 2015.

IPHAN. **Modo de fazer viola-de-cocho**. Brasília, DF: IPHAN, 2009. (Dossiê IPHAN).

MARTINS, Patrícia. **Modo de Fazer Viola-de-Cocho: avaliação e perspectivas de um bem de natureza imaterial**. Produto 3 do Contrato 2296/2010 vinculado à consultoria da Unesco/IPHAN 914BRZ4012. Brasília, 2011.

OSÓRIO, Patrícia Silva. Os festivais de cururu e siriri: mudanças de cenário e contextos na cultura popular. **Anuário Antropológico**, Brasília. v. 1, jul, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/633>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilizações grupos rústicos no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976



[1] Informamos que houve um equívoco na impressão da data de registro no Dossiê Iphan nº 8, o qual, na página 82, grafa a data de 14 de janeiro de 2004 ao invés de 14 de janeiro de 2005; como a obra serviu de consulta aos técnicos do DPI, o equívoco se repete na Nota Técnica nº 09/2020/DPI, Documento que nos serve de parâmetro na construção deste Parecer Técnico.

[2] O produto 5 da consultoria, denominado Prévia da Revalidação da Viola de Cocho, foi produzida pela cientista social Juliana Batista Ferreira a partir do Edital nº 001/2015 do Projeto 914BRZ4012 “Difusão e Ampliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”. De acordo com informação obtida na Superintendência do Iphan/MT, esse produto não foi aprovado pelo DPI/IPHAN, nem a pesquisadora procurou refazê-lo. Portanto trata-se de uma primeira versão, que integra o arquivo da instituição. Independente de não ter sido aprovado, o documento apresenta um diagnóstico construído de forma coletiva com os alguns detentores sobre a salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho até 2015.

[3] <http://portal.iphan.gov.br/conectapatrimonios>

[4] Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Diamantino (Ofício n. 82/2021); Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Cuiabá (Ofício n. 212/DAF/SMCEL/2021) e Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer (Ofício n. 205/2021- Gab. SECEL/MT). Ver imagens 34, 35 e 36 Anexo – Relatório Descritivo.

[5] No período de 15 a 16 de novembro de 2019, o antropólogo do Iphan/MT na companhia do informante Gerson, produtor cultural e simpatizante de festas de santos percorreu algumas comunidades rurais dos municípios de vizinho à capital Cuiabá afim de compreender as dinâmicas das festividades religiosas que integram a riqueza do universo coreográfico, poético e musical associado à Viola de Cocho. Durante o dia acompanhamos a passagem da bandeira de Nossa Senhora da Conceição (pedição de prendas ou esmolas) e a preparação das comidas e almoço na comunidade Piuva, em Barão de Melgaço; à noite participamos de duas festas em Santo Antônio do Leverger, uma em homenagem ao padroeiro Todos os Santos, na comunidade de Porto de Fora, e a outra que homenageava o patrono Bom Despacho, comunidades do Poço. Era sábado, início do período festivo, que se estenderia até segunda-feira seguinte, e quando ocorreria o rito de descimento dos mastros. Pelo que averiguamos o primeiro dia de festa é marcado pela participação exclusiva dos cururueiros, que rezam e cantam as ladainhas no interior da igreja. É de responsabilidade deles conduzir a procissão, partindo da capela até o local (pátio) onde a bandeira do santo ficará hasteada durante as festividades. Os outros dias, segundo os detentores acontecem as apresentações da dança dos grupos de siriri e o baile. Nos bailes tocam-se vários estilos musicais, mas pelos relatos o lambadão cuiabano, e o funk têm ganhado cada vez mais espaços nos festejos populares. O lambadão, ritmo mato-grossense presente nas festas da baixada cuiabana, possui influência da lambada paraense e o rasqueado, e foi oficialmente reconhecido como movimento cultural e musical de caráter popular através da Lei n. 10.809/2019 de autoria do deputado Guilherme Maluf (PSDB).

[6] Observamos que no cotidiano há ajuda mútua entre quem domina o saber fazer da viola e quem domina a sonoridade e melodia do instrumento. No caso do professor, músico e cururueiro Thomas Flaviano, suas violas são confeccionadas pelo artesão Alcides. Atualmente, ele preside a Associação Grupo de Cururu Tradição Cuiabana do Coxipó, e seu envolvimento com a prática cultural deve à convivência com seu pai, o cururueiro Manoel Thomas da Silva, falecido em 1993.

[7] O videoclipe está disponível na plataforma Youtube: <https://youtu.be/rkws1DS0Qmc>

[8] Em contrapartida o técnico do imaterial realizou oficinas virtuais sobre pesquisa de campo, elaborou e estruturou um roteiro de entrevista e forneceu contatos atualizados de alguns artesãos de viola de cocho e cururueiros. Por último, foi realizada outra oficina com a participação da técnica do DPI, Amanda Magalhaes, que orientou os dirigentes da entidade e pesquisadores sobre como proceder na confecção do catálogo com as informações sobre os mestres.

[9] Seu Caetano Ribeiro, já falecido, foi um dos artesãos de Cuiabá que contribuíram com as pesquisas do Registro da Viola de Cocho.

[10] Durante os diálogos com o senhor Lourenço ele pediu ajuda ao Iphan/MT para procurar saber em qual órgão do estado de Mato Grosso ele poderia entrar em contato para renovar sua carteirinha de artesanão que trabalha com madeira. Descobrimos que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico possui um departamento voltado para a cadeia de artesanato responsável pela emissão dos documentos. Entramos em contato com a servidora Lourdes o número de WhatsApp para ser repassado aos artesãos interessados em obter informações sobre os procedimentos necessários para emissão e renovação do documento. Repassamos ao senhor Lourenço e Bendito Canarinho, artesãos que haviam solicitado ajuda.

[11] Os sucessivos acontecimentos ocorridos a partir 2020 impactaram a comercialização das violas de cocho do mestre de forma muito forte. Primeiro foram os incêndios ocorridos na região, que afugentaram os turistas, seu principal cliente, em seguida, a pandemia do COVID 19.

[12] Ofício Nº 25/2021/IPHAN-MT-IPHAN (2432026). O documento foi enviado em janeiro, e até o momento não obtivemos resposta.

[13] Webinar – Como turbinar suas vendas no Mercado Livre (<https://www.youtube.com/watch?v=TcgCo1Kpsss>).

[14] Um em Cuiabá, dois em Várzea Grande, um em Cáceres, um em Poconé, um em Barão de Megaço, um em Barra do Bugres, dois em Santo Antônio do Leverger.

[15] De acordo com o DJ o funk, apesar de ser apreciado pelos jovens, não é bem-vindo na festa de santo porque as letras exaltam motivos sexuais.

[16] Em 2019, quando o técnico do imaterial assumiu o cargo, o Iphan/MT reiniciou as tratativas sobre as ações salvaguarda com cururueiros e artesãos de viola e, mais uma vez, o assunto veio à tona. É possível que essa rusga entre a população dos dois estados ultrapasse a seara da patrimonialização do Modo de Fazer Viola de Cocho. Mas, o fato alegado pelos detentores mato-grossenses é o quantitativo de municípios onde o bem cultural incide, um número de dez aproximadamente, ao passo que no estado vizinho só há dois municípios.

*(assinado eletronicamente)*

**Francimário Vito dos Santos**

Técnico I - Antropologia

SE/IPHAN - MT

Matrícula Siape nº 1614300

**Fernanda Araújo Marques da Silva**

Auxiliar Institucional I - Técnica em Edificações

Divisão Técnica - IPHAN/MT

Matrícula Siape nº 3152415



Documento assinado eletronicamente por **Francimário Vito dos Santos, Técnico**, em 14/05/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Araújo Marques da Silva, Auxiliar Institucional**, em 14/05/2021, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2675568** e o código CRC **0FB2DE3F**.



---

**Referência:** Processo nº 01450.002801/2015-69

SEI nº 2675568